



NATHÁLIA GONÇALVES FERREIRA

**ANÁLISE INTERPRETATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A
ENTREVISTA COMPREENSIVA EM UMA ABORDAGEM PÓS-
POSITIVISTA APLICADA AO PROGRAMA REUNI**

LAVRAS – MG

2021

NATHÁLIA GONÇALVES FERREIRA

**ANÁLISE INTERPRETATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ENTREVISTA
COMPREENSIVA EM UMA ABORDAGEM PÓS-POSITIVISTA APLICADA AO
PROGRAMA REUNI**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências da graduação em
Administração Pública, para obtenção do título de
bacharel.

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

Orientador

LAVRAS – MG

2021

NATHÁLIA GONÇALVES FERREIRA

**ANÁLISE INTERPRETATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ENTREVISTA
COMPREENSIVA EM UMA ABORDAGEM PÓS-POSITIVISTA APLICADA AO
PROGRAMA REUNI**

**INTERPRETATIVE POLICY ANALYSIS: THE COMPREHENSIVE INTERVIEW IN
A POST-POSITIVIST APPROACH APPLIED TO THE REUNI PROGRAM**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências da graduação em
Administração Pública, para obtenção do título de
bacharel.

Dr. Gustavo Costa de Souza

Dra. Camila Maria Risso Sales

Dra. Janaina Lopes Pereira Peres

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

LAVRAS – MG

2021

*Dedico este trabalho à todas e todos que contribuíram para minha formação enquanto
cidadã, estudante e profissional.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio incondicional da minha família à minha trajetória. A força e perseverança da minha mãe Sandra, quem me incentivou a alcançar os meus objetivos desde pequena. O carinho e dedicação do meu pai Alexandre, quem me possibilitou caminhar adiante com segurança. E a parceria da minha irmã Rafaela, com quem sempre posso contar.

Agradeço também os amigos e colegas de trabalho com quem dividi histórias de vida, conhecimentos, angústias e alegrias. Um agradecimento especial ao grupo do Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (LAB.MAPS), projeto que sempre terá o meu carinho. Também agradeço todas as outras oportunidades que UFLA me ofereceu e que colaboraram para minha construção enquanto Administradora Pública.

Por fim, agradeço o meu orientador Gustavo, por sempre me encorajar, acreditar no meu potencial e me apresentar caminhos que eu jamais imaginaria sem o seu direcionamento. Aproveito para agradecer também todos os professores e professoras que desempenharam um papel fundamental na minha formação.

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar modelos clássicos de análise de políticas públicas e questioná-los através de abordagens críticas e argumentativas da avaliação interpretativa de políticas públicas. A pesquisa faz um encadeamento teórico dos principais autores considerados o *mainstream* da análise em políticas públicas, perpassando por suas principais teorias. Em seguida, demonstra como o modelo de análise tradicional foi superado pela virada argumentativa, ultrapassando conceitos utilitaristas de avaliação de políticas públicas e incluindo o debate como importante ferramenta para a efetiva participação. Por conseguinte, faz uma abordagem teórico-metodológica da entrevista compreensiva em um viés pós-positivista para avaliar o programa REUNI de maneira aprofundada, demonstrando como o uso dessas teorias pode ser benéfico para avaliação participativa de políticas públicas. E por fim, faz uma discussão dos resultados adquiridos das entrevistas em conjunto com as pesquisas bibliográficas realizadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Análise. Avaliação. Entrevista Compreensiva. Participação. REUNI.

ABSTRACT

The present workpiece sought to present classic models of analysis of public policies and to question them through critical and argumentative approaches of interpretative policy analysis. The research makes a theoretical chain of the main authors considered the mainstream of the analysis in public policies, going through their main theories. Then, it demonstrates how the traditional analysis model was overcome by the argumentative turn, surpassing utilitarian concepts of public policy evaluation and including the debate as an important tool for effective participation. Therefore, it makes a theoretical-methodological approach to the comprehensive interview in a post-positivist bias to evaluate the REUNI program in depth, demonstrating how the use of these theories can be beneficial for participatory evaluation of public policies. Finally, it discusses the results obtained from the interviews together with the bibliographic research carried out.

Key words: Public Policies. Analysis. Evaluation. Comprehensive Interview. Participation. REUNI.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivo Geral	2
1.2	Objetivos Específicos	2
1.3	Justificativas	3
2	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	O <i>mainstream</i> da análise de políticas públicas	4
2.2	O pós-positivismo, a participação e a democracia.....	8
2.3	A entrevista compreensiva como metodologia de avaliação pós-positivista	11
3	METODOLOGIA	14
3.1	Caracterização do REUNI	17
4	ANÁLISE E DISCUSSÕES	18
4.1	Principais Resultados do REUNI	19
4.1	Análise das Entrevistas	23
4.2	Discussão do Método	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6	REFERÊNCIAS	37
7	APÊNDICE	40
7.1	Roteiro Semiestruturado de Entrevista	40
7.2	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	40
7.3	Comentários Éticos Sobre o Projeto de Pesquisa	43

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre políticas públicas participativas no Brasil adentra diversas questões fundamentais e epistemológicas da Administração Pública. Este trabalho busca apresentar as principais vertentes teóricas em análise de políticas públicas e suas críticas. Para isso, faz uma transição entre os autores da fase racionalista de análise, demonstrando a necessidade de superação do positivismo, até chegar à virada argumentativa. Ademais, faz um estudo sobre a Entrevista Compreensiva (Kaufmann, 2013) como forma de aproximar os atores sociais nos processos de avaliação de políticas públicas. E por fim, faz uma discussão sobre o aprimoramento da participação social e da democracia.

O campo de estudo das Políticas Públicas surge em meados dos anos 50, nos EUA, como um braço da Ciência Política. Sendo assim, os primeiros esforços dos autores que inauguraram esta área são em diferenciar política de política pública, além de embasar estes estudos na ciência e no empirismo. Para mais, a compreensão de que as políticas públicas são criadas para solucionar problemas governamentais é um dos reflexos deste período que permanecem na conceituação atual da área. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 13)

A partir disso, os autores subsequentes a este modelo começaram a apontar algumas falhas ao modelo racionalista, principalmente ao neopositivismo. As contribuições de Frank Fischer (2016) podem ser consideradas um marco teórico para a refutação deste modelo. Dessa forma, algumas características passaram a ser mais relevantes para os modelos considerados argumentativos, como por exemplo a participação, as crenças e valores da população, a discursividade, a interpretação, entre outras. Esses conceitos fazem parte de uma visão mais pluralista das políticas públicas, que buscam engajar a população no debate e conseqüentemente, fortalecer a democracia. Em suma, essa categorização busca demarcar um campo que se responsabiliza pela quebra de paradigmas e pela superação de modelos clássicos e pouco participativos de análise. (BOULLOSA; PERES; BESSA, 2019, p. 13)

Por meio da contextualização destes modelos, identificou-se a necessidade de encontrar um método capaz de avaliar políticas públicas de maneira mais aproximada aos atores sociais, de modo que o tecnicismo e a neutralidade fossem superados e abrissem espaço para a participação social. Kaufmann (2013), a partir da Entrevista Compreensiva, demonstra que a oferta de protagonismo aos sujeitos, através de uma conduta de escuta ativa do entrevistador (a), pode alcançar um nível de profundidade nas pesquisas que possibilita que o analista recolha dados mais subjetivos dos entrevistados. (KAUFMANN, 2013, p. 97.)

Dessa forma, essa metodologia atrelada ao viés pós-positivista foi aplicada à análise dos efeitos do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 6.096/2007). O REUNI é responsável pela ampliação do acesso às universidades e foi selecionado para destacar os possíveis benefícios de uma abordagem compreensiva, principalmente quando se trata de uma política pública inclusiva. A utilização desse método oferece a oportunidade de abrir um espaço de diálogo entre atores, que através da argumentação, podem se engajar na política avaliada e se sentirem sujeitos centrais à discussão.

O programa pertence a uma série de políticas públicas educacionais que buscam democratizar o acesso ao ensino superior. Seria impossível analisar o REUNI sem perpassar por outras políticas com as quais este estabelece conexões nítidas. Como é o caso, especificamente, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 7.234/2010) e da Lei de Cotas (12.712/2012), medidas que assim como o REUNI, interferem diretamente na escolha dos estudantes por cursar uma universidade. Essas políticas públicas, fazem parte de um contexto de medidas educacionais de inclusão e seus reflexos são citados em diferentes momentos pelas falas dos entrevistados.

Sendo assim, a partir de uma junção entre as entrevistas realizadas e as discussões levantadas, acredita-se ser possível demonstrar como a avaliação de políticas públicas pode ser abordada através de métodos interpretativistas. E como consequência disso, pode estimular a participação social nos processos de políticas públicas e aprimorar a democracia. Logo, o tema escolhido para o desenvolvimento deste trabalho é “Avaliação de Políticas Públicas” e a questão problema que orienta o estudo pode ser colocada nos seguintes termos: “Como a Entrevista Compreensiva pode contribuir para o processo de avaliação de políticas públicas?”.

1.1 Objetivo Geral

Avaliar se a entrevista compreensiva pode ser uma abordagem adequada para analisar políticas públicas.

1.2 Objetivos Específicos

Objetiva-se também:

- Revisar a literatura sobre avaliação de políticas públicas;
- Identificar os paradigmas contidos nos modelos de análise de políticas públicas anteriores à virada argumentativa;

- Discutir as abordagens pós-positivistas no exercício da democracia e cidadania; e por fim,
- Utilizar a entrevista compreensiva para analisar o impacto do programa REUNI no acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

1.3 Justificativa

O desenvolvimento deste trabalho explora as análises convencionais de políticas públicas e demonstra a evolução das concepções racionalistas, perpassando pela virada argumentativa até chegar à valorização do debate no âmbito político. Para mais, expõe as principais críticas ao neopositivismo e a importância da superação deste modelo para se alcançar uma efetiva avaliação de políticas públicas de maneira participativa.

A partir disso, faz uso da metodologia da entrevista compreensiva aplicada ao programa REUNI, para oferecer centralidade aos destinatários e promover a participação no processo de avaliação de políticas públicas. Esse método propõe uma conduta inovadora de abordagem ao destinatário, superando o viés da superioridade tecnicista e valorizando os saberes de todas as partes envolvidas, bem como a subjetividade presente nos estudos sociais.

A relevância deste trabalho é sobretudo social. Acredita-se que a avaliação das políticas públicas quando realizada de maneira inclusiva pode retratar uma experiência mais próxima da realidade. Além disso, é capaz de empoderar os cidadãos através da sua participação ativa nas decisões políticas e, dessa forma, oferecer a possibilidade de exercer o controle social.

Concomitantemente, o desenvolvimento deste trabalho também tem uma relevância teórica-argumentativa, devido ao estabelecimento de novas conexões entre teorias e métodos que facilitem o exercício de uma avaliação de políticas públicas mais participativa. Ademais, também analisa e critica análises convencionais e inovadoras dessa temática, estabelecendo uma construção de conhecimento aprofundada.

Além disso, também exerce importância política, uma vez que o trabalho busca evidenciar a importância do debate político e da inserção da população como um todo nas discussões. Através da exposição da complexa multiplicidade de demandas desses atores, e da necessidade de todos eles serem contemplados, é que se pode auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Por fim, este trabalho também é dotado de motivações pessoais. As políticas públicas, o modo de atuação dos governos e a busca por mitigar desigualdades sociais são temáticas que sempre me despertaram interesse. Ademais, quando esses assuntos tangenciam questões educacionais, a inspiração e engajamento pessoal se fazem presentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O *mainstream* da análise de políticas públicas

O conceito de Políticas Públicas é definido por vários autores cuja contribuição é amplamente utilizada. Lasswell é considerado pioneiro no estudo desta área, que em 1951 passou a ser vista como uma especialização das ciências políticas. Segundo ele, os processos de políticas públicas buscam implementar maior racionalidade às organizações políticas. Ademais, o autor se refere à formulação de políticas públicas como uma “engenharia social”, na qual o tomador de decisão devesse assumir uma postura de neutralidade. (ANDREWS, 2005, p. 18)

Simon também é considerado um dos principais autores que introduziram os estudos em políticas públicas, e foi quem criou o conceito de “racionalidade limitada”. Em consonância com Lasswell, o autor também defende que a racionalidade deve ser maximizada nos processos, porém reconhece que existe uma certa limitação, devido à qualidade da informação coletada, ao tempo da tomada de decisão, aos interesses dos atores, dentre outras questões. (SOUZA, 2006, p. 23)

Outro autor relevante para este grupo considerado como o *mainstream* da análise de políticas públicas é Easton, que define a área como um sistema. Para Easton, as políticas públicas são influenciadas pelo ambiente externo, ou seja, pelos partidos políticos, mídia, grupos de interesse e suas interações. Esta concepção abre espaço para um conceito conhecido como pluralismo, que diz respeito aos conflitos de interesse entre os grupos pelo poder e à consideração desses grupos como parte da democracia. Este conceito serve como inspiração para diversos autores subsequentes. (MARQUES, 2013, p. 7)

Para Lindblom, os processos e decisões políticas ocorriam de maneira simultânea, portanto, grandes escolhas passadas ou futuras dispendiam de gastos significativos para os governos. Dessa forma, o autor concebeu o termo “incrementalismo”, que seria uma forma de agir para incrementar o que foi decidido anteriormente. Esse processo é definido por ele como

“comparações limitadas sucessivas”, o que facilitou a adaptação dos atores políticos às realidades futuras, para que fosse possível realizar um “ajustamento mútuo entre parceiros”. (MARQUES, 2013, p. 9)

As contribuições desses autores para a área sofreram interferências do período em que foram criadas. Nessa época, a principal preocupação dos governos era a economia de recursos e a recuperação financeira advinda de um período posterior à crise de 1929 e à 2ª Guerra Mundial. Lascoumes e Le Galès auxiliam na compreensão deste contexto histórico:

No fim dos anos 1960, o desenvolvimento das análises em termos de política pública era indissociável da emergência de uma racionalidade econômica no exercício das responsabilidades políticas e administrativas. Essa dinâmica começa após a crise de 1929, quando o liberalismo absorve a ideia de que há necessidade de se imprimir um certo nível de regulação pública para assegurar as performances econômicas. Contudo, o intervencionismo, para ser aceitável, deveria estar racionalmente fundamentado. Os programas que constituíam o *New Deal*, concebido por F. D. Roosevelt a partir de 1933, correspondem a esses princípios. H.D. Laswell é considerado o inventor do termo *policy* para designar uma abordagem renovada e racionalizada dos negócios públicos. O processo se intensifica após a 2ª Guerra Mundial com o esforço de reconstrução e a importância dos compromissos financeiros assumidos. O crescimento da riqueza nacional torna-se uma nova racionalidade da ação governamental a ser implementada de acordo com os critérios de coerência econômica, adotados tanto pelo Estado quanto pelas empresas. (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012, p. 75)

A propósito, o método mais empregado para explicar as políticas públicas, desde a criação desta área até a atualidade, é o Ciclo de Políticas Públicas, que faz uso de uma lógica simples e cíclica. Esse método é dividido em etapas, geralmente cinco, sendo elas: Definição da Agenda Política; Formulação de Políticas e Programas; Tomada de Decisão Técnica-Política; Implementação de Políticas e Programas e Avaliação das Políticas e Programas (JANUZZI, 2016). A partir dessa sistematização entende-se que uma etapa só é iniciada após a finalização da anterior, o que na prática pode ser bem diferente, devido à complexidade de cada fase e à quantidade de variáveis envolvidas.

Diferentes autores definem as etapas do ciclo de acordo com suas interpretações, acrescentando, retirando ou alterando os processos. Por exemplo, Secchi (2014) defende que existem sete etapas, sendo elas: “1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.”. Entretanto, este modelo, apesar de suas variações, é utilizado para somente para fins didáticos, pois não reflete exatamente como os processos ocorrem na prática. As fases do Ciclo, ao contrário do exposto, não ocorrem de maneira sequencial, e sim simultânea.

Portanto, este modelo auxilia a compreensão da vida de uma política pública desde a sua criação até a sua extinção, mas não é fiel ao que ocorre nos governos. (SECCHI, 2014, p. 43)

Sendo assim, existem várias críticas que refutam a lógica racionalista destes modelos sequenciais e os autores considerados como o *mainstream*. Tais críticas tangenciam um debate sobre o tecnicismo presente nas análises e o uso de uma linguagem elitista, que dificulta a participação social. Além disso, quando reservados lugares de superioridade para os especialistas em políticas públicas, alguns atores sociais importantes para a realização de uma avaliação participativa, são excluídos da discussão política, como é o caso dos beneficiários. (FARAH, 2010, p. 823).

Concomitantemente, Capella (2014), contribui para esse entendimento:

A visão elitista sobre o processo de produção de políticas - a criação e manutenção de uma elite treinada, detentora de conhecimento, técnicas, métodos e ferramentas para a resolução de problemas governamentais – pode ser entendida como potencialmente conflituosa com a ideia de fortalecimento dos valores democráticos, uma vez que restringe a participação dos cidadãos nesse processo. (CAPELLA, 2015, p. 16)

Outra crítica, discorre sobre o fato de a avaliação estar presente somente no final do ciclo, para aferição dos resultados obtidos. A saber, Mario, Laisner e Granja advogam que:

A avaliação está presente em todo o processo das políticas públicas, desde o seu planejamento. Não se limita a um momento ao final do processo. Ao contrário, se refere a todo ele, desde a elaboração de seu objeto, seus objetivos, assim como procedimentos do processo de intervenção e seus resultados”. (MARIO, LAISNER E GRANJA, 2016, p. 60).

É evidente que o papel da avaliação é o aperfeiçoamento das políticas públicas. Portanto, ela se torna um juízo de valor que deve ultrapassar o viés utilitarista, tecnocrata e pretensamente neutro ainda presentes em sua interpretação. Todavia, o processo de criação das políticas públicas é marcado por uma conduta *top-down* (de cima para baixo), na qual muitas vezes os atores sociais e usuários não são envolvidos na tomada de decisão - quiçá na avaliação. (PEIXOTO, 2015, p. 405)

Para superar os modelos de análise de políticas públicas convencionais, é necessário reconhecer alguns de seus fracassos. Lascoumes e Le Galès (2012) evidenciam essas falhas e demonstram rupturas que foram decisivas para superação do modelo. A primeira ruptura é com o voluntarismo político, que é descrita pelos autores como uma grande encenação disfarçada de interesse geral ou bem comum. A segunda ruptura é com a unicidade do Estado, que apesar de prover as políticas públicas, é influenciado por diversos atores heterogêneos

que constantemente confrontam seus interesses. E a última ruptura é com o fetichismo da decisão, segundo os autores “as não decisões, os bastidores e os atores ocultos são tão importantes na ação pública quanto os gestos visíveis e encenados”. (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012, p. 50)

As consequências desse modelo prevaleceram durante muito tempo e ainda hoje são percebidos seus resquícios na Administração Pública. No entanto, suas limitações políticas e sociais fizeram com que autores propusessem visões alternativas, que incluíssem a subjetividade do surgimento das políticas, a diversidade de ideias e principalmente a necessidade da argumentação. Por isso, a chamada “guinada argumentativa” é tão relevante para compreender essa mudança de visão, que passou de um modelo racionalista para um argumentativo. Segundo Capella (2015), “mais do que solucionar problemas de forma tecnocrática, analisar políticas significa aproximar fato e valor, coletar evidências, desenvolver argumentos e persuadir amplas audiências em torno de ideias”. (CAPELLA, 2015, p. 22)

Dessa forma, é necessário estabelecer um percurso ideológico pelo qual diversos autores e críticos passaram para chegar às noções mais contemporâneas de políticas públicas defendidas hoje. Uma forma de demonstrar esse caminho é através da evolução dos modelos de análise, que passou de um viés racionalista em seu surgimento para um mais argumentativo. A valorização das ideias, do discurso, da linguagem e da argumentação também é defendida por Faria (2003) que elucida estudos sobre a teoria das coalizões de defesa e a teoria dos fluxos múltiplos. (FARIA, 2003, p. 24)

Em contraposição aos modelos de análise convencionais, Sabatier advoga sobre as coalizões de defesa. Essa vertente diz respeito às crenças, valores e ideias dos atores sociais das mais diversas instituições que compartilham de um pensamento em comum. Nos modelos anteriores, essas características geralmente são excluídas da análise, porém são importantes para o processo de formulação de políticas públicas. Dessa forma, são criados subsistemas articulados com o ambiente externo e interno da política, que se chocam quando seus interesses são contrários. (SOUZA, 2006, p. 31)

Nesse sentido, Kingdom também contribui para a inauguração de um pensamento mais subjetivo, no qual apresenta a ideia dos múltiplos fluxos. Essa teoria diz respeito ao momento em que as políticas públicas são criadas, como chegam à agenda política, e principalmente, à toda a ambiguidade presente nesse processo. O autor destaca três tipos de fluxos existentes no

processo, sendo eles os problemas, as políticas públicas que solucionam esses problemas, e por fim, as políticas, que agregam três elementos: movimentação dos grupos de pressão, mudanças no legislativo e agências administrativas e o humor nacional. Esses fluxos operam de maneira independente e quando estão alinhados podem ocasionar na abertura de uma “janela de oportunidade”, que seria o momento ideal para o gestor ou gestora atuar. (FARIA, 2003, p. 25)

As contribuições destes autores, desde a inauguração do campo, a partir de uma vertente racionalista, até a transição para uma análise mais argumentativa, acrescentaram significativamente na discussão sobre políticas públicas. Entretanto a herança positivista das abordagens ainda é muito presente nos estudos dessa área. Sendo assim, se faz necessário um maior aprofundamento nas vertentes argumentativas, que valorizam os discursos e a multiplicidade de atores. A partir disso, a participação social e a democracia podem ser fortalecidas por meio de uma maior aproximação entre o Estado, provedor das políticas e a população beneficiada.

2.2 O pós-positivismo, a participação e a democracia

O contraponto dos modelos de análises racionalistas para os argumentativos, abriu espaço para a superação do neopositivismo. Este, antes entendido como única forma de realizar ciência, passou a ser questionado por autores como Fischer (2016), que criticam o empirismo e propõem uma nova forma de avaliar as políticas públicas, perpassando pela interpretação da realidade através de argumentos e não somente da exposição de dados quantitativos, sem juízo de valor.

Este autor argumenta que, da mesma forma que em ciências naturais como a física, o objeto analisado apresenta comportamentos distintos dependendo da visão do pesquisador, em ciências sociais não seria diferente. Nas palavras de Fischer (2016) “O que é considerado como sendo um fato é, em efeito, a decisão de uma determinada comunidade de investigadores que trabalham dentro de um conjunto de pressupostos teóricos que eles mesmos subscrevem”. (FISCHER, 2016, p. 169)

Dessa forma, se tratando da avaliação de políticas públicas, os pesquisadores podem somente apresentar análises finitas, mutáveis, que dependem fortemente de suas escolhas, das tomadas de decisão dos agentes políticos, da janela de oportunidade presente no momento, dentre diversas outras variáveis da realidade estudada. Por isso, para o pós-positivismo, a

interpretação, investigação e argumentação de um conhecimento, embasados na teoria da coerência de Fischer (2016), apresentam função mais importante que os dados quantitativos por si só. (FISCHER, 2016, p. 170)

Segundo o mesmo autor, ao praticar essa vertente de pesquisa, o analista adota uma postura de facilitador, no lugar de especialista. Essa postura o aproxima significativamente da população à qual a pesquisa se destina, que muitas vezes é dada como “leiga”. Tal aproximação tem o potencial de superar o padrão elitista de se fazer política e oferecer, em contrapartida, uma forma mais democrática e participativa. (FISCHER, 2016, p. 176)

A superação do viés elitista, no qual somente os integrantes dos altos níveis da burocracia são capazes de entregar visões relevantes sobre as políticas públicas, deve acontecer justamente porque a diversidade de ideias pode enriquecer o debate significativamente. Dessa forma, o aspecto múltiplo dos valores, dos diversos pontos de partida, das demais interpretações de mundo, vinda de diferentes grupos sociais, tem o potencial de somar a essa arena política certa complexidade que aspectos quantitativos não são capazes de codificar.

A partir do choque entre os indivíduos de diferentes grupos de interesse é que surgem os debates, as argumentações e através disso o poder de convencimento de determinado grupo é escolhido para se tornar o mais aceito entre a maioria. Isso não significa que o processo de conhecimento através do discurso tem menor rigor metodológico que aqueles alcançados por meio de dados estatísticos. Ao contrário, a complexidade advinda desse meio faz com que as políticas públicas se tornem multifatoriais, ou multimetodológicas. Nesse sentido, Fischer (2016) argumenta que:

Enquanto neopositivistas argumentam que sua abordagem é mais rigorosa e, portanto, superior aos métodos menos empíricos e dedutivos, este modelo de argumentação política, na verdade, torna a tarefa mais exigente e complexa. Ela não somente abrange a lógica de falsificação empírica, mas inclui as questões normativas igualmente sofisticadas dentro das quais opera. O pesquisador ainda recolhe os dados, mas agora ele tem que situá-los ou incluí-los no quadro interpretativo que lhe dá sentido. (FISCHER, 2016, p. 174)

Ou seja, não basta apenas apresentar os fatos, é necessário relacioná-los com a realidade em que estão inseridos. Pois, assim, a pesquisa se torna passível de verificação e é dotada de maior aprofundamento. Ademais, de acordo com essa vertente, os fatos são

indissolúveis dos valores, portanto, esse viés empirista de neutralidade se torna falho para avaliar as políticas públicas em sua completude.

Além disso, Fischer (2016) acrescenta que:

Para pós-positivistas, os dados empíricos de um consenso neopositivista são transformados em conhecimento através da interação interpretativa com outras perspectivas. Somente analisando esses dados através de quadros conflitantes, os pressupostos que lhe dão significado podem ser descobertos. Para o pós-positivista, os debates cruciais na política raramente são sobre os dados em si, mas sim sobre os pressupostos subjacentes que os organizam. (FISCHER, 2016, p. 170)

Ao frisar a importância da superação do empirismo, Frank Fischer se tornou uma das principais referências em estudos críticos de políticas públicas. Essa área concentra seus esforços em apresentar um contrapeso para as teorias vigentes e contribuir para que elas sejam questionadas, em um grande debate, buscando sempre o aprimoramento e a manutenção da democracia. Entretanto, também é necessário mostrar que esse campo, embora muito inspirado em autores estrangeiros, também teve contribuições de estudos brasileiros que também devem ser valorizados.

Um grande marco teórico relevante para essa temática no Brasil é a chamada “Mirada ao Revés” de Boullosa (2019). Em consonância com a superação dos modelos empiristas, neutros, tecnicistas e elitistas, esse trabalho se trata de:

Uma abordagem brasileira em estudos críticos em políticas públicas, caracteriza-se por compreender as políticas públicas como fluxos de instrumentos, práticas e argumentos ativados por uma multitorialidade interessada tanto na definição de problemas públicos, e de suas alternativas de solução, quanto na preservação de bens públicos. (BOULLOSA, 2019, p. 92)

Nesse sentido, assim como Fischer (2016), que advoga sobre uma interpretação mutável, complexa e inclusiva de políticas públicas, a Mirada ao Revés de Boullosa (2019) também defende conceitos relacionados a esse, como: o olhar posicionado, a pesquisa implicada, a relação centro-periferia da criação e análise de políticas públicas, e a reflexividade dos atores envolvidos. Todos esses conceitos enriquecem a discussão e trazem um viés de protagonismo para o cidadão, que passa a ter as suas experiências consideradas ao centro do debate, enquanto participante ativo da vida pública.

Para mais, a autora explicita que:

Subjazem a este modelo, as noções de racionalidade discursiva (como a desejada), valores (como o meta-objeto de tais estudos), argumentos (como objeto), práticas (como contexto mais local), reflexividade (como motor da aprendizagem desejada e postura deontológica), bem como a própria noção de democracia (como finalidade de implicação em processos de políticas públicas). (BOULLOSA, 2019, p. 94)

Sendo assim, entende-se que esse tipo de análise tem o potencial de promover um processo mais participativo por considerar que todos os conhecimentos formais, não formais, de dentro ou de fora do sistema político são necessários para um entendimento ampliado das políticas públicas. Desde a concepção das primeiras formas de análise, com os autores considerados como *mainstream* da área, o grande objetivo era que esses estudos servissem como ferramenta para ampliar a democracia. Porém, somente com essa aproximação entre o objeto e o pesquisador, entre fato e valor, é que se torna possível que todos os atores sejam envolvidos, que as informações cheguem aos demais interessados e que os indivíduos se tornem cidadãos capazes de transformar a realidade e realizar a manutenção da democracia.

A partir disso, com a adoção de abordagens pós-positivistas como norteadoras das análises a serem realizadas, é possível promover uma discussão mais profunda sobre avaliação participativa de políticas públicas. Assim, é através de uma perspectiva discursiva, de construção de conhecimento em conjunto, de promoção da argumentação e do debate é que se pretende fortalecer a participação e consequentemente a democracia. Essa perspectiva deve ser ancorada através de metodologias que possibilitem avaliar políticas a partir do diálogo e aproximação com os atores sociais.

2.3 A entrevista compreensiva como metodologia de avaliação pós-positivista

Tendo como ponto de partida as abordagens supracitadas, é necessário escolher uma metodologia que possibilite uma aproximação com o objeto (nesse caso, com a política pública escolhida e os atores envolvidos). Para isso, a Entrevista Compreensiva de Kaufmann (2013) oferece um caminho de valorização da coerência, argumentação e protagonismo dos entrevistados que, de acordo com a vertente escolhida, são características importantes para avaliar as políticas públicas numa perspectiva pós-positivista.

Essa escolha é ilustrada pela fala do autor, quando ele advoga que “a validade de um modelo liga-se muito mais à coerência dos encadeamentos, ao rigor da ilustração de uma hipótese, à precisão de análise de um contexto, isto é, à sutileza das articulações entre teoria e observação”. (KAUFMANN, 2013, p. 57). Suas contribuições são consideradas como

norteadoras para pesquisadores que buscam realizar entrevistas mais humanizadas, empáticas e profundas, apesar de esse método ainda não ser muito difundido no Campo de Públicas.

Em seu livro “A Entrevista Compreensiva: Um Guia para a Pesquisa de Campo” (2013), o autor também propõe uma superação do viés tecnicista e empirista presente nas pesquisas de campo acadêmicas. Além disso, é defendido em sua obra que o pesquisador deve exercer uma postura dotada de empatia, atenção e abertura ao conhecimento do entrevistado. Essa postura, reflete como a avaliação participativa deveria acontecer, oferecendo protagonismo ao destinatário e promovendo o engajamento dos atores sociais, para assim, alcançar o aperfeiçoamento das políticas públicas.

As avaliações participativas, segundo Januzzi (2016), têm esse potencial empoderador e engajador na sociedade. De acordo com ele:

[...] os parâmetros clássicos de distanciamento do objeto, imparcialidade dos sujeitos e replicabilidade dos resultados, que orientam as metodologias convencionais cedem lugar ao potencial efeito engajador da abordagem participativa na busca de soluções para os problemas identificados. (JANUZZI, 2016, p. 51)

Para que esse engajamento seja evidenciado em políticas públicas é necessário que seus destinatários se sintam pertencentes desta iniciativa, bem como, suas colocações sejam consideradas na avaliação. Por isso que a utilização da entrevista compreensiva, para conferir essa centralidade ao ator, é tão relevante. O livro que será usado como base para essa avaliação é considerado uma obra que vai além de um simples guia de campo, e demonstra de maneira até poética a relação fascinante existente entre o pesquisador e seu objeto.

Dentre as principais questões levantadas no livro, a mais relevante para o desenvolvimento deste trabalho é o que é abordado no capítulo três, que diz respeito sobre a condução das entrevistas. Logo no início, o autor fala sobre a importância de quebrar a hierarquia entre o entrevistador e o entrevistado, através da oratória, entonação e formulação das perguntas. Não é recomendado que o pesquisador (a) assuma um tom neutro e mecânico, pelo contrário, deve-se adotar uma postura de abertura e envolvimento com as falas do entrevistado (a), caso contrário, receberia apenas respostas curtas e sem aprofundamento. Para isso, é necessário que o entrevistado (a) enxergue o (a) entrevistador (a) como igual e perceba que as informações que serão passadas valem ouro para o resultado da pesquisa.

Em consonância, Ferreira (2014) sob a luz da obra de Kaufmann (2013), diz que:

A entrevista já não é necessariamente concebida como uma técnica neutra, estandardizada e impessoal de recolha de informação, mas como resultado de uma composição (social e discursiva) a duas (por vezes mais) vozes, em diálogo recíproco a partir das posições que ambos os interlocutores ocupam na situação específica de entrevista (de interrogador e de respondente), dando lugar a um campo de possibilidade de improvisação substancialmente alargado quer nas questões levantadas, quer nas respostas dadas (FERREIRA, 2014, p. 982)

Nesse sentido, através desse estilo de conduta e interação entre as duas partes, a pessoa qualificada como informante nota que está sendo ouvida profundamente, e com isso, se sente elevada ao nível central da pesquisa, oferecendo mais nuances e interpretações que não seriam evidenciadas em pesquisas convencionais. Em seguida, o livro aborda sobre a pesquisa que existe dentro da pesquisa, no caso, a “pergunta certa” que deve ser feita, e enfatiza o papel do ritmo e da dinâmica para a entrevista. De acordo com o autor: “A melhor pergunta não é a que está posta na grade: ela deve ser encontrada a partir do que acaba de ser dito pelo informante”. (KAUFMANN, 2013, p. 81).

Ademais, os últimos tópicos citados neste capítulo reforçam a importância da empatia e do compromisso ao conduzir a entrevista. Sendo assim, como mencionado anteriormente, o sujeito entrevistado deve se sentir confortável para ser o mais sincero possível, chegando até a um nível de confissão, como se o pesquisador ou pesquisadora fosse um amigo íntimo. Para isso a pessoa que conduz a entrevista, deve exercer a prática da escuta ativa e estar sempre atento a tudo que está sendo dito pela pessoa entrevistada. Nesse sentido, é recomendado que o (a) entrevistador (a) se envolva, expressando suas ideias, emoções, argumentos, contradições, de maneira que a outra parte se sinta à vontade para fazer o mesmo.

Do mesmo modo, Oliveira (2015), a partir da obra de Kaufmann (2013), defende que:

É desafiador conduzir uma entrevista compreensiva, especialmente porque ela exige, além da já mencionada abertura ao saber do outro, a construção de uma relação empática, o que demanda, inclusive, uma capacidade de envolvimento e de sedução da parte do entrevistador. Tais habilidades tendem a gerar, a partir da desconfiança do entrevistado, uma entrega progressiva, por meio da qual, de pouco em pouco, ele começa a construir e a reconstruir por meio de palavras suas experiências, opiniões, preconceitos, valores, em suma: sua vida. E tudo isso pode ser desencadeado pelo simples fato de o informante perceber na suposta desimportância de seu existir uma grandeza que interessa àquele que o questiona, que o instiga a enfrentar, por meio da memória e da oralidade, seus medos, suas dores, suas alegrias. (OLIVEIRA, 2015, p. 993)

A partir do exposto, é possível notar as semelhanças entre a abordagem pós-positivista e o método da entrevista compreensiva. Ambos possuem características que tem o potencial

de aprimorar os processos de avaliação participativa de políticas públicas. Em outras palavras, o protagonismo do sujeito, a valorização da argumentação, a escuta ativa, a superação da neutralidade, dentre outras qualidades marcantes trazidas pelos autores expostos, se utilizadas em conjunto, podem se tornar uma ferramenta adequada para promover a participação dos cidadãos e consequentemente fortalecer a democracia.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa tem como primordial classificação o seu caráter teórico e exploratório. É caracterizada desta forma devido à intenção de fazer uso intensivo da revisão de literatura, pesquisa documental e bibliográfica para fomentar as discussões propostas, juntamente com a aplicação de entrevistas. Sendo assim, o material de estudo que será utilizado é um conjunto de artigos, teses de doutorado, livros, demais trabalhos científicos selecionados, bem como documentos e relatórios relacionados com os relatos individuais coletados.

A partir desse levantamento de trabalhos científicos será possível ter acesso a uma série de dados secundários de natureza qualitativa. É possível classificar esta pesquisa assim devido à profundidade necessária para analisar essas informações, além de tamanha subjetividade contida nas questões sociais que serão abordadas. De acordo com Birochi (2015, p. 54):

“[...] as pesquisas qualitativas se dedicam ao estudo de fenômenos em que a quantificação não é apropriada; ou em que não seja conveniente reduzir o objeto estudado a variáveis e padrões de medida, seja por sua natureza particular ou sua especificidade (características, contextos, etc).”
(BIROCHI, 2015, p. 54)

A revisão de literatura, bem como a pesquisa bibliográfica, tem papéis importantes para o aprofundamento de determinadas temáticas e até para a construção de um pensamento próprio. Apesar de parecerem semelhantes e muitas vezes serem utilizadas em conjunto no desenvolvimento de um trabalho, não podem ser entendidas como a mesma coisa. Segundo Chris Hart (1998, p. 2) uma revisão de literatura de qualidade deve ser dotada de consistência, profundidade e análise sintética. Nas palavras de Hart (1998), pode ser definida como:

“[...]o uso de ideias da literatura para justificar uma abordagem particular do tópico, a seleção de métodos e demonstração de que essa pesquisa contribui para algo novo.” (Tradução própria)

É desta forma que se diferencia esses dois procedimentos. O primeiro, citado acima, detém uma série de técnicas e métodos utilizados para absorver o conhecimento de outras literaturas e construir o seu próprio, a partir da argumentação. Enquanto isso, a pesquisa bibliográfica se trata principalmente de uma esquematização de outras obras, que podem ser organizadas em fichas e auxiliam na construção lógica do texto. De acordo com Gil (2008, p.50):

“A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008)

Ademais, este trabalho também pode ser caracterizado como descritivo-exploratório, por utilizar de teorias relativamente novas para a área de avaliação em políticas públicas, sobretudo no âmbito nacional, e por buscar explorar essas questões através da reflexão crítica das ideias, da promoção do diálogo e da argumentação. Também se qualifica dessa maneira pelo intento de estabelecer pontes entre os estudos dos autores analisados. Os objetivos desse tipo de pesquisa são, segundo Hart (1998, p.47):

“Satisfazer a curiosidade, fornecer melhor compreensão; examinar a falseabilidade de estudos posteriores através da indicação do que pode ser relevante para estudar em maior profundidade; prover iluminação em um processo ou problema; e, entender um fenômeno comum ou incomum pela observação de seus detalhes para fornecer uma base empírica a um argumento válido” (Tradução própria)

Nesse sentido, o objeto de estudo do presente trabalho é o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e os destinatários impactados por esta iniciativa. Será aplicada a metodologia da Entrevista Compreensiva (Kaufmann, 2013) em uma perspectiva pós-positivista (Fischer, 1998) para avaliar, de maneira participativa, o programa escolhido. Devido à pandemia de Covid-19, optamos por utilizar uma amostragem por conveniência e realizar seis entrevistas remotamente (pela plataforma Google Meet) com discentes do ensino superior federal, mais especificamente da Universidade Federal de Lavras, que tenham sido beneficiados por essa política pública.

Dessa forma, participaram das entrevistas seis estudantes do curso presencial de Administração Pública. Neste grupo, quatro pessoas se encontravam no final do curso e duas estavam cursando períodos anteriores. Importante mencionar também que cinco dessas

pessoas são mulheres e apenas um é homem. Além disso, duas dessas pessoas são de pele negra e as outras quatro de pele branca ou parda. Para mais, essas pessoas são residentes de cidades e estados diferentes e somente duas residem em Lavras. A especificação deste público alvo é importante para que os debates sociais levantados a seguir sejam aprofundados.

Para além disso, o trabalho também foi submetido à Comissão de Ética (COEP) da UFLA, para verificação dos pré-requisitos necessários para a realização da pesquisa com seres humanos. Nesta oportunidade, foram preenchidos formulários com questões referentes à prevenção de danos dos participantes, ao ressarcimento de qualquer provável gasto financeiro, à possibilidade de desistência da entrevista a qualquer momento, e à garantia da confidencialidade dos nomes e imagens destas pessoas. Esses documentos, que se encontram no apêndice, foram submetidos à Plataforma Brasil e em seguida aprovados pela comissão.

As entrevistas foram marcadas em datas e horários oportunos para cada pessoa envolvida e tiveram uma duração de, em média, trinta minutos, sendo a mais longa de cinquenta minutos e a mais curta de dezoito minutos. Nesta ocasião, relatos de experiência completamente diferentes foram ouvidos. Ou seja, participaram da avaliação sujeitos que cursaram o ensino médio na rede pública, na rede privada; com vulnerabilidade social, sem vulnerabilidade social; que enfrentaram os desafios da maternidade na adolescência, que não tiveram filhos; que tiveram que trabalhar durante a graduação, que não tiveram; que utilizaram da moradia estudantil, que não utilizaram; dentre tantas outras vivências particulares que serão pautadas adiante.

Neste processo, a subjetividade das falas dessas pessoas foi aflorada a partir da abertura, escuta e encorajamento para que compartilhassem suas experiências com aprofundamento. Como evidencia Bardin (2011):

A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala. Diz "Eu": com o seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente. E ao dizer "Eu", mesmo que esteja falando de outra pessoa ou de outra coisa, explora, por vezes às apalpadelas, certa realidade que se insinua por meio do "estrito desfiladeiro da linguagem": da sua linguagem, porque cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos [...] (BARDIN, 2011, p.93)

Desta forma, as falas das pessoas entrevistadas serão analisadas através de agrupamentos de cinco grandes temáticas, sendo elas: experiência com a universidade, relação entre a família e a educação; conciliação do trabalho com a graduação; aprimoramento da

cidadania, da participação social e da democracia através do ensino superior; e impacto ou não do programa REUNI no acesso à graduação. Assim, será possível comparar as respostas dos entrevistados e avaliar as perspectivas de cada um sobre o programa em questão.

Sendo assim, a partir do estabelecimento de conexões entre as teorias expostas, da oferta de destaque para certos paradigmas sociais e da visão crítica de algumas realidades subjetivas, a pesquisa terá o aprofundamento necessário para analisar o programa em um viés pós-positivista. Dessa forma, com a presente determinação da metodologia a ser aplicada no desenvolvimento deste trabalho, foi possível demonstrar um caminho para que a avaliação de políticas públicas seja feita de maneira mais participativa.

3.1 Caracterização do REUNI

Para demonstrar como a avaliação de políticas públicas pode ser feita de maneira participativa, o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi escolhido como objeto de estudo. O programa foi instituído em 2007, através de um decreto assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu ministro da educação Fernando Haddad, com o objetivo de cumprir a meta de expansão contida no Plano Nacional de Educação (Lei no 10.172/2001). As diretrizes desta política pública são listadas no art. 2º deste decreto e se comprometem com as seguintes proposições:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

Esses objetivos são complementados quando analisados em conjunto com outras políticas públicas educacionais. O REUNI surge em uma conjuntura política em que a

educação pública universal constava como uma das principais pautas da agenda governamental da época. Portanto este programa faz parte de uma gama de outras políticas públicas educacionais que buscaram democratizar o acesso ao ensino superior. Sendo elas, principalmente, a Lei de Cotas (12.712/2012) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 7.234/2010), que são considerados marcos legais definidores para o acesso e permanência do estudante da graduação.

Para verificar se os objetivos do REUNI foram atingidos, serão apresentados a seguir os principais resultados advindos da implementação deste programa em uma exposição de dados adquiridos a partir de dois documentos, um Balanço Social realizado pela Secretaria de Educação Superior (SESU) em 2014 e um Resumo Técnico do Censo da Educação Superior realizado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) em 2019. Com o auxílio destas informações será possível analisar a expansão das universidades durante a vigência do programa e após o seu encerramento. A partir disso, o programa também será analisado para além dos dados empíricos, com o aprofundamento adquirido no conteúdo das entrevistas realizadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Esta parte do trabalho é estruturada em três tópicos, sendo elas a apresentação dos principais resultados advindos do REUNI; a análise das entrevistas e a discussão do método empregado. No primeiro tópico, serão expostos os resultados primordiais para embasar a discussão sobre o programa. Em seguida, será feito uma análise do conteúdo das entrevistas, de modo a relatar as experiências das pessoas entrevistadas e questões subjacentes ao REUNI. Por fim, será discutida a utilização da Entrevista Compreensiva em uma abordagem pós-positivista como uma possível forma de agregar maior participação nos processos de avaliação de políticas públicas.

4.1 Principais Resultados do REUNI

Para que os impactos do REUNI sejam analisados, é necessário um estudo sobre os seus principais resultados. Segundo o último Balanço Social realizado pelo Ministério da Educação em 2014, a abertura de mais universidades, campus, cursos e vagas, com ênfase à oferta de cursos noturnos, torna o estudante-trabalhador capaz de ingressar, se manter no curso

e ampliar seu currículo. Ademais, no período de implementação do REUNI, houve um crescimento de 189,59% da oferta de vagas noturnas em todo o sistema (MEC/Inep, 2014).

O objetivo de interiorização das universidades fez com que o padrão de acessibilidade ofertado, a priori somente nas capitais brasileiras, também se ampliasse, levando novas oportunidades para as cidades interioranas e, dessa forma, impactando a realidade econômica e social desses locais. De acordo com o Balanço Social do MEC/Inep (2014), é possível dizer que os objetivos do REUNI obtiveram resultados significativos, em panoramas gerais e regionais. A primeira tabela a ser analisada apresenta informações gerais expressivas para esta análise. As informações mostradas a seguir demonstram o tamanho do salto em termos de expansão, graças a efetivação desta política pública.

Tabela 1 – panorama da expansão universitária

	2002	2014	2019
Universidades Federais	45	63	63
Campus	148	321	Não encontrado
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867	6.332
Vagas Graduação Presencial	113.163	245.983	378.490
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263	1.254.065
Matrículas Graduação à Distância	11.964	83.605	Não encontrado
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717	Não encontrado

Fonte: CENSO/Inep

A partir do exposto, é possível dizer que não há precedentes históricos que demonstrem tamanha expansão do ensino superior ocorridas antes da implementação deste programa. O crescimento global da oferta de vagas é de 117% na década analisada. Em consonante, o número de Instituições Federais de Ensino Superior teve um aumento de 31%, e de 86% para o número de graduações presenciais e número de matrículas. Além disso, a pós-graduação teve um salto ainda maior, apresentando um crescimento de 316%. (INEP, 2014)

Em uma análise com dados referentes ao ano de 2019, a partir do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior disponibilizado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED/INEP), algumas comparações podem ser feitas. Neste documento, os dados não são dispostos da mesma forma que no anterior, por exemplo, em alguns momentos as informações

sobre a graduação presencial e à distância são apresentadas em conjunto, além disso, não é especificado a quantidade de campus existentes no ano de análise. No entanto, é comprovado a partir destes dados que o número de Universidades Federais permanece 63 desde 2014. A partir desta época, foram abertas outras 43 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo elas Centros Universitários, Faculdades, IF e CEFET, que somadas às Universidades Federais contabilizam 110 IFES. A quantidade de cursos aumentou para 6.332, o número de vagas para 378.490 e de matrículas para 1.254.065. Apesar deste aumento ter ocorrido, não se iguala ao salto de expansão analisado nos anos de aplicação do programa. (INEP, 2019)

Para mais, é necessário analisar também a expansão regional do acesso ao ensino superior público. Importante lembrar que existe um objetivo estratégico para o aumento da acessibilidade à educação superior em locais como o norte e nordeste, visto que estas regiões obtinham números menores em termos de acesso à educação superior, se comparados ao restante do território brasileiro. Este objetivo é nomeado como interiorização e também apresenta resultados significativos. Dessa forma, as próximas tabelas trazem informações separadas por região sobre o crescimento em termos de IFES, campus, cursos vagas e matrículas entre os anos de 2002 e 2014, para que tenhamos uma análise mais aprofundada e completa.

Tabela 2 – Expansão da educação superior nas universidades federais por região (2002-2014)

REGIÃO	IFES			CAMPUS		
	2002	2014	% de crescimento	2002	2014	% de crescimento
NORTE	8	10	25%	24	56	133%
NORDESTE	12	18	50%	30	90	200%
SUL	6	11	83%	29	63	117%
SUDESTE	15	19	27%	46	81	76%
CENTRO-OESTE	4	5	25%	19	31	63%

Fonte: SIMEC/MEC

Tabela 3 – Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior – universidades federais por região (2002-2014)

REGIÃO	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	% crescimento	2002	2013	% crescimento	2002	2013	% crescimento
NORTE	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
NORDESTE	583	1.229	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
SUL	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
SUDESTE	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
CENTRO-OESTE	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%

Fonte: CENSO/Inep

Como objetivado anteriormente, o maior crescimento em campus criados na década analisada se deu no Nordeste e Norte, com taxas de 200% e 133% respectivamente. Porém, se tratando da abertura de novos IFES, a região Sul apresentou a maior taxa de crescimento, de 83%. Em termos do aumento da oferta de cursos, vagas e matrículas o Sul e Sudeste apontaram na frente, como evidenciado acima.

As informações referentes ao ano de 2019 segundo o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (DEED/INEP, 2019), também não contemplam os mesmos dados dispostos no Balanço Social (INEP, 2014) quando são expostos indicadores regionais. Porém, é possível analisar o número de Instituições Federais de Ensino Superior, o número de cursos e o número de ingressantes por região. Quando analisadas as tabelas dos dois períodos (2002-2014, 2019), percebe-se que o ensino superior continuou se expandindo, mas não nos mesmos níveis do período de vigência do REUNI.

Tabela 4 – Panorama regional das Instituições Federais de Educação Superior (2019)

	IFES	CURSOS	INGRESSANTES
Norte	17	808	37.407
Nordeste	29	1.754	102.999
Sudeste	36	1.785	102.961
Sul	17	1.215	63.376
Centro-Oeste	11	770	39.413

Fonte: DEED/INEP/MEC

Toda essa exposição de dados demonstra que a implementação do REUNI, ancorado nos objetivos de expansão do PNE, apresentou resultados positivos para alcançar maiores níveis de acessibilidade ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. Tanto, que nunca na história foi provado saltos tão grandes em números de expansão, a partir do esforço do Governo Federal. Esse crescimento ofereceu a ampliação das universidades em locais que não tinham essa cobertura e possibilitou que alunos trabalhadores pudessem concluir a graduação. (INEP, 2014)

Entretanto, Lima (2013), evidencia que por mais que essa medida tenha resultados positivos, a falta de acesso universal ao ensino superior advém de um problema mais complexo, que tem seu início na base da educação:

Como um dos resultados dessa iniciativa houve um crescimento de 20,4% de matrículas nos cursos de graduação presencial, entretanto, observando-se que ao custo de salas superlotadas e alocação de recursos insuficientes para a continuidade de expansão, além do que, a contenção ao acesso à educação superior, principalmente a pública, ainda permanece no Brasil, como processo que tem início muito antes do vestibular. (LIMA, 2013, p. 17)

Outro ponto importante a ser pensado, é o elucidado por Ristoff (2014), que discute o real impacto deste programa em uma análise do perfil socioeconômico do estudante da graduação. Segundo o autor, a passos lentos, mas constantes, as políticas educacionais foram fortalecidas nos períodos dos governos Lula-Dilma e representaram oportunidades significativas em termos de mobilidade social para os “alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pai sem escolaridade, ampliando significativamente as energias criativas da nação” (RISTOFF, 2014, p. 746)

Ademais, é impossível pensar em acesso à universidade pública sem questionar minimamente a permanência. Nesse sentido, com o intuito de diminuir os números de evasão dos estudantes, a assistência estudantil começou a ser pautada e com isso, a partir do PNAES, as bolsas permanência se tornaram uma necessidade para que alunos de baixa renda pudessem concluir a graduação. Carvalho (2014) defende que “Torna-se necessário dar condições de permanência à população estudantil, sobretudo, aquela proveniente das camadas sociais mais pobres. Os instrumentos para viabilizar essa empreitada são: a assistência estudantil ao segmento federal [...]”. (CARVALHO, 2014, p. 235)

Sendo assim, é possível notar que esse programa possui pontos de vista controversos a partir da visão dos especialistas. Apesar de os dados demonstrarem resultados positivos

quanto ao acesso, não é possível afirmar o mesmo quanto à permanência. Para além disso, este programa requer uma análise mais aproximada dos sujeitos, que nesse caso são os estudantes impactados por essa iniciativa. Para este fim, será aplicado a Entrevista Compreensiva como forma de oportunizar um protagonismo para as pessoas que foram impactadas por este programa.

Com esse fim, será utilizado todo o arcabouço teórico adquirido dos trabalhos referenciados, para que além de dados avaliativos demasiadamente utilitaristas, também possamos nos aproximar das realidades enfrentadas por essas pessoas, através da oferta de protagonismo para suas vivências e de abertura para argumentação sobre esse programa. A partir da adoção desse método de conduta, os atores envolvidos nessa política terão a oportunidade de se sentir mais pertencentes, por meio da escuta e consideração de seus posicionamentos. (KAUFMANN, 2013, p. 51)

4.2 Análise das Entrevistas

Em se tratando da experiência com a universidade, a maioria das respostas foi positiva, apesar de haver algumas críticas pontuais, que devem ser levadas em conta. Além disso, quando abordadas questões referentes à experiência individual, alguns aspectos como o acolhimento das pessoas entrevistadas por parte da universidade, a relação dessas pessoas com a educação antes da graduação, os caminhos que cada um trilhou, os motivos os levaram a acreditar que precisariam ou gostariam de entrar na universidade, e os impactos gerados por essa entrada são abordados em profundidade e subjetividade.

Neste sentido, algumas falas podem ser destacadas, como por exemplo:

Entrevistada A: [...] “Então, desde criança eu tinha isso comigo que seria algo que eu faria (universidade). E até mesmo estudando escola pública e tudo mais, eu sempre tive um apoio moral de professor dizendo “você vai conseguir, você vai conseguir” então foi alimentando esse sonho, essa vontade, essa vontade e também necessidade [...]”.

Entrevistado B: “Acredito que a educação não é só... eu tinha uma visão que eu ingressaria no ensino superior só para conseguir um emprego. Hoje eu tenho uma visão completamente diferente, a educação proporciona uma mudança na visão de mundo, uma mudança radical na visão de mundo, em como eu vejo, como eu experimento as coisas, e no aspecto cultural também, como eu vivencio, como eu tenho experiências totalmente, que eu não teria se eu tivesse correndo atrás só de algo financeiro, entende? [...]”.

Entrevistada C: “Quando eu virei mãe (momento que decidi cursar o ensino superior). Aí eu percebi que o trem tinha ficado doido. Porque tipo assim, eu penso que, eu sozinha, eu poderia fazer assim, qualquer coisa, e ter o

mínimo, tranquilo, entendeu? Comer se tiver, se não tiver não come. Só que eu penso que assim, com ela, com a vinda dela, eu precisava, teria uma pessoa que ia depender de mim, entendeu? Aí eu pensei “agora eu vou ter que né, vou precisar correr atrás de objetivos diferentes” e era, foi isso, quando eu pensei em procurar mesmo. Antes eu nem sonhava.”

Entrevistada D: “Então, é um negócio muito complexo (o pertencimento), porque assim, me sinto (pertencente), muito mais do que quando eu tive aquele primeiro contato, quando eu tava na UFV principalmente, mas eu sinto que às vezes falta muita coisa, tanto no campo material quanto simbólico assim. E principalmente né, por ta em situação de vulnerabilidade socioeconômica lá na UFLA, às vezes eu sinto que as coisas são muito construídas e pensadas, muito separadamente, sabe? Não tem algo associado assim, algo contínuo, algo conversado com os estudantes, acho que é uma coisa muito *top-down* assim, as decisões tomadas muito *top-down* e isso acaba, não sei, gerando um desconforto na gente sabe? Parecendo que aquele lugar não é pra gente. Então, o meu pertencimento, o que me dá mais questão de pertencimento hoje, acho que é ver né, mais pessoas, eu moro na moradia (estudantil), então eu vejo lá mais pessoas que, às vezes, tão na mesma condição do que eu, ou em condições semelhantes entrando na universidade né, conseguindo ocupar aquele espaço, nosso curso também, enfim, questões fenóticas também, então eu vejo mais pessoas ocupando esses espaços, mas, quanto mais a gente vai estudando mais coisa a gente vai vendo que ainda falta muita coisa. Então, ainda, a meu ver, falta muita coisa pra que esse pertencimento, eu fale “não, eu me sinto totalmente pertencente”, ainda não é assim. [...]”

Entrevistada E: “Tô tentando pensar alguma palavra que possa englobar tudo, mas a minha experiência (com a universidade) acho que foi incrível, acho que superou minhas expectativas, me sinto muito orgulhosa de ta quase me formando em uma universidade federal, sinto que minha família também sente esse orgulho. Acho que foi uma das experiências mais importantes que eu tive na minha vida até agora. Acho que isso foi fundamental pra construção do meu papel social, do meu papel enquanto cidadã e não só isso, acho que enquanto caráter também. Foi uma experiência fundamental pra formar, acho que, o meu eu adulto, sabe? O meu eu comprometido com a sociedade”

Entrevistada F: “Bom, eu acho que é o papel mais importante (da educação), em vários sentidos porquê de onde eu venho, tipo, a gente tem a educação básica, até o ensino médio, mas ela é muito vazia, porque, não por causa dos professores queiram que seja assim, mas é porque não há nenhum tipo de investimento, nem incentivo pra educação aqui. Então a gente sai da escola, sem às vezes nem ouvir falar na universidade. Não é uma questão de, culturalmente incentivado a estudar. Só que eu morei em outros estados e tive a oportunidade de saber, da minha mãe poder me incentivar muito, sempre falou que tem universidade, antes mesmo de eu saber o que que era isso, então foi uma necessidade que eu criei porque eu entendia que minha vida podia melhorar se eu tivesse uma educação diferente do que a que os meus pais tiveram [...]”.

A partir dessas falas é possível notar o quanto cada experiência serviu como fator determinante para a escolha por cursar o ensino superior. Além disso, a multiplicidade de vivências também se evidencia nos discursos, nos quais são encontradas pessoas vindas de

diversas cidades e estados diferentes, com oportunidades distintas, com diferentes níveis de educação básica e de realidades desiguais entre si.

Nesse sentido, mesmo dentro de uma única categoria, a dos estudantes, há uma diversidade enorme de sujeitos, e sendo assim, não é possível interpretar este grupo como homogêneo. Para mais, a partir de uma pequena amostra de seis entrevistas foi possível identificar relatos de pessoas com perfis bastante específicos. É neste ponto que encontramos a multiatorialidade (BOULLOSA, 2019), conceito que traduz a existência de múltiplos atores participantes dos processos de uma política pública e que, quando articulados em um contexto de ação, tem o poder de realizar uma transformação social.

Sobre a influência do contexto familiar na decisão pela graduação, as entrevistas continham experiências de pessoas que foram as primeiras da família a ter acesso, e de outras que já tinham familiares com ensino superior. Essa relação entre a família e a universidade nos diz muito sobre mobilidade social, ampliação do acesso à informação, mudanças de paradigma, e diversos outros pontos impactantes na realidade em que esses indivíduos estão inseridos, assim como será evidenciado a seguir.

Entrevistada A: “Não, no caso da família do meu pai, ele era um dos únicos que tiveram oportunidade de estudar, mas ele tinha curso técnico. Quando eu entrei na UFLA que eu disse que mudaria de curso, ele se atentou, quis voltar a estudar, que sempre foi o sonho dele, ele sempre gostou. E ele se formou em Direito agora em dezembro, pelo PROUNI”.

Entrevista B: “Engraçado que eu comentei isso com minha mãe na última vez que eu fui em casa, como a nossa vida mudou, ou pelo menos a minha vida mudou, a maneira que eu vejo o mundo, como eu dou mais valor, como eu cresci, não só na UFLA né, mas tipo assim de ser independente, a independência que sair de casa me trouxe. E isso teve um benefício cultural, até agora não teve financeiro porque eu ainda estou estudando, mas o benefício cultural da minha mãe nunca ter saído da cidade, vir para outra cidade, conhecer a UFLA, conhecer a cidade, conhecer a região. Isso foi, é uma vivência muito importante que aconteceu na minha vida, na minha família, na minha casa, e a UFLA proporcionou isso.”

Entrevistada C: “Já! (outras pessoas da família tiveram acesso a universidade) A minha vó, ela é enfermeira, olha que bacana! Eu, em novembro fui cuidar da minha vó e, novembro do ano passado né, fiquei lá até dezembro, e eu descobri milhares de coisas que eu não sabia. E a gente tem uma vó negra estudada! [...] Muito bacana! Ela é aposentada pela prefeitura do Rio e pelo estado do Rio, então assim, é muito doido, a gente tem uma avó de 87 anos que ela é enfermeira formada. E a minha tia também é enfermeira formada, a minha mãe é professora né, formada em Letras, e também formada no Rio de Janeiro, minha mãe nasceu em 58, ela se formou acho que com 28 anos, então assim, em 80 e poucos se não me engano, algo do tipo. Mas foi isso, a gente tem bastante gente, eu fiquei de cara quando

descobri que minha vó era estudada, porque imagina naquela época o quanto deveria ser difícil né, nossa muito bacana. ”

Entrevistada D: [...] “meus pais não tiveram né, acesso à educação, não tiveram acesso, não tiveram oportunidade de estudar, de terminar os estudos, o ensino fundamental e o ensino médio e assim, eu e meu irmão, a gente conseguiu ingressar em duas universidades federais assim, terminar o ensino médio mesmo em escola pública e entrar na universidade federal, então a gente já vê uma mobilidade social a partir disso sabe? Então, a educação pra mim é importante não só por mobilidade social, mas também por abrir portas para outras oportunidades sabe, para emprego e também para questão de capital cultural também né, porque entrar na universidade, ela abre o mundos assim para gente expandir o conhecimento, e aprender também, tanto na vida política, na vida social, enfim. ”

Entrevistada E: [...] “na minha família, aqui em primeiro grau, acho que eu sou a única que vou ta formando em uma universidade federal, e isso é muito significativo também para os meus pais, que tem um grau de escolaridade baixo, os meus tios e meus avós também. Mas principalmente a questão da educação, da universidade, na minha vida vem como uma oportunidade, de ter mais estudo e consequentemente melhores oportunidades de trabalho, que talvez meus pais com pouca escolaridade, e em consequência os pais deles, também não tiveram tanto acesso assim” [...]

Entrevistada F: “Então, quando eu converso com as pessoas geralmente sobre essas coisas, eu sempre falo que quando eu era criança, acho que eu devia ter uns 10 ou 11 anos, minha mãe falou com a gente, comigo e com os meus irmãos assim “Ah eu quero que vocês façam faculdade, eu quero que vocês cresçam”. A gente nem sabia o que era faculdade na época, mas essa era uma conversa, uma frase que ficou na minha cabeça, tipo, tem coisa que a gente lembra da infância né, e essa é uma das coisas que não sei porque, ficou gravada. E aí desde que eu era nova eu falava, sem saber o que era, que queria entrar na faculdade e tal.”

Das pessoas entrevistadas, somente duas integram famílias que tiveram acesso ao ensino superior anteriormente. Mesmo não sendo as primeiras pessoas da família a ter acesso à universidade, os relatos dessas pessoas demonstraram o impacto que a educação exerceu, por meio do compartilhamento de experiências de seus familiares. Não obstante, as outras quatro pessoas que foram as primeiras da família a cursarem a faculdade também relataram as mudanças de paradigmas trazidas dessa experiência.

Se analisado sob o contexto único da realidade desses sujeitos, é interessante destacar a fala da entrevistada C, quando ela diz “A gente tem uma vó negra estudada! ”. A surpresa demonstrada pela entrevistada evidencia algo de incomum na informação. Ribeiro (2019, p. 43) nos alerta para o racismo estrutural e fala sobre a importância do apoio às políticas educacionais afirmativas, que buscam igualar as oportunidades para a população negra. Dessa forma, o relato da entrevistada C é visto como uma exceção à regra e não deve ser utilizado como justificativa para invalidar os avanços adquiridos pela Lei de Cotas.

Nos quesitos trabalho, conciliação com a graduação e influência da oferta de cursos noturnos, também foram obtidos relatos interessantes, que demonstram, em sua maioria, que a existência dessa meta no programa, facilitou o acesso por parte dos chamados “alunos-trabalhadores”. Apenas duas pessoas consideraram que o fato de o curso ser noturno não exerceu influência direta na escolha, apesar de terem trabalhado em alguns momentos da graduação. As outras quatro pessoas entrevistadas consideraram este fator determinante, por mais que não tivessem trabalhado formalmente durante todo o período da graduação, sabiam que em algum momento isso seria necessário.

Entrevistada A: [...] “Quando eu vim para UFLA, como eu sou de Campo Belo, eu consegui, por dois anos eu vinha e voltava. Então eu saía da minha casa 7:30 da manhã, ia trabalhar, almoçava no trabalho, saía do trabalho 17:30, já pegava a van direto para vir para Lavras, chegava em casa meia noite e era assim todos os dias. Até que eu consegui um emprego aqui em Lavras, vim pra cá, mas da mesma forma. Hoje por exemplo eu trabalho de 7h30 às 17h30. No último semestre presencial eu precisava puxar as eletivas, no nosso curso como você sabe, as eletivas são todas diurnas, eu puxei matéria de 5 horas da tarde, saía do trabalho 5h30, chegava na UFLA às 6h e tinha que conversar com os professores. Tipo assim “olha é a única forma que eu tenho de fazer.” [...]”

Entrevistado B: [...] “Então quando veio a necessidade de trabalhar, eu vi que se não tivesse uma oferta de curso noturno, eu não sei se eu estaria na UFLA. [...]”

Entrevistada C: “Cara, eu tava comentando esses dias aqui com a minha mãe em casa, tinha dias que eu saía tão cansada que eu não conseguia nem achar o caminho de casa. Sem brincadeira. [...]”

Entrevistada D: [...] “Mas o curso noturno possibilita que a gente consiga trabalhar manhã e tarde e ir pro curso a noite, isso pra mim foi essencial, tanto que na hora de escolher os cursos e quando eu pensei no curso né, de Administração Pública, e vi que era noturno, eu falei “Ah, é pra mim” porque se fosse talvez manhã e tarde seria muito difícil, porque eu já sabia que não ia ter como. Se eu quisesse trabalhar, se eu ficasse sem bolsa né, porque sei lá, cortassem bolsa, como eu ia fazer? Então na hora de escolher o curso já tem a estratégia por trás né, você tem que pensar “opa, eu tenho que pensar em algo que eu consiga conciliar”, então, com certeza influenciou sim na escolha.”

Entrevistada E: [...] “Mas quando eu comecei a fazer estágio pra mim foi um pouco pesado, pela situação do estágio, eu fazia muita hora extra né, por demandas também. Nessa época eu comecei a me perder um pouco no meu planejamento, e foi uma época em que eu senti um pouco sobrecarregada, não tava conseguindo dar o meu melhor, nem na faculdade, nem o meu melhor no estágio. E aí depois disso foi quando eu pedi pra sair, já tinha pego um ano de experiência, já tava satisfeita com a oportunidade e aí eu decidi sair pra testar outras coisas. Foi aí que eu consegui intercâmbio também. Mas no geral pra conciliar eu tentava me organizar mas eu acho que o fato de eu morar em Lavras com família, é o fator que me ajudava um pouco nisso, porque eu não tinha preocupações extras de afazeres domésticos e afins.”

Entrevistada F: “Trabalhei desde o primeiro período. Trabalhava antes na verdade. E fiquei trabalhando até o último ano da faculdade. E era necessário, não era opção. Mas eu consegui conciliar porque o meu curso é noturno. Se fosse um curso diurno eu não teria conseguido entrar, então, não teria dado certo, mas aí então eu teria escolhido algum curso noturno, porque pra mim não era tão importante o curso que eu fazia, eu queria fazer alguns cursos específicos, tinha na cabeça várias coisas, mas o importante era que eu estudasse. Então, se eu entrasse em um curso que não fosse o curso dos meus sonhos, mas que eu tivesse estudando, eu estaria satisfeita, porque eu precisava saber? Então a graduação e o trabalho só deram certo por isso, porque eram períodos diferentes. E foi difícil, porque a gente às vezes perde muito, de participação, a gente perde muito de coisas extras, não é só sala de aula né, a gente aprende muitas vezes a fazer trabalho em grupo, a gente aprende muito participando de um núcleo, de um projeto, de uma pesquisa, e eu tive que me abster disso por várias vezes, porque passou a ser muito difícil conciliar.”

As experiências relatadas pelos entrevistados demonstram que, apesar de a meta inclusão dos alunos-trabalhadores do REUNI ter sido assertiva, através da oferta de cursos noturnos, as dificuldades de conciliação entre essas duas funções apresentam desafios no cotidiano dessas pessoas. Em diversas falas, estão presentes as perdas advindas dessa relação, seja na sobrecarga, ou até na necessidade de cumprir as exigências extracurriculares da universidade, como horários de eletivas, participação em projetos, núcleos de estudo, entre outras atividades essenciais para a formação.

Em se tratando das oportunidades de participação, de aprimoramento da democracia e de exercício da cidadania através do acesso ao ensino superior público, a maioria dos entrevistados trouxe relatos positivos quanto à experiência. Como nota-se a seguir, a ampliação do acesso à universidade, é capaz de fornecer vivências que vão além do conhecimento formal exigido para o exercício de uma profissão. As experiências adquiridas a partir do convívio com pessoas de realidades distintas, a ocupação de um local público, o exercício do direito à uma educação superior pública, e as oportunidades de participação a partir desse acesso, são capazes de formar não só profissionais, mas cidadãos, protagonistas de sua própria história. Em especial no curso de Administração Pública, em que essas discussões são amplamente difundidas.

Quando questionados se acreditavam que o acesso à universidade influenciou tanto no exercício da cidadania, quanto no aprimoramento da democracia e se a partir disso enxergaram a possibilidade de participação social na política, seja em movimentos sociais, ou em reuniões na câmara municipal de suas cidades, ou em qualquer outro órgão, foram obtidas diversas respostas interessantes, como no caso das falas destacadas:

Entrevistada A: “Sim, até mesmo por questão de conhecer, ainda mais no curso que a gente faz, por mais que ele não seja todo sobre política, ele é política. Então assim, essas discussões, por mais que você seja uma pessoa que você não queira se posicionar, você aprende a fazer isso. É uma coisa que eu desenvolvi com acesso ao ensino superior, é o senso crítico e eu ter liberdade. E não digo que é certeza, mas não sei, ter confiança em expor a minha opinião. [...]”

Entrevistado B: “Então assim, eu vejo na universidade pública, essa questão de não só fazer uma formação generalista, mas uma formação cidadã também, ela contribui para alargar a democracia, para levar conhecimento para as pessoas, isso é essencial.”

Entrevistada C: “Que nem, enquanto eu estava lá (em Lavras) tive a oportunidade de presidir a juventude de um partido político, eu tive a oportunidade de participar de congressos né, em Brasília. Ah, eu acho que apareceu assim, umas oportunidades boas, mas por eu estar dentro da UFLA, né? Eu não sei se quando a gente terminar o curso de vez né, agora em junho, se depois disso eu vou ter alguma oportunidade de participar de algo.”

Entrevistada D: “Com certeza tem um papel fundamental, porque a gente fica muito, quando a gente não entra na universidade, a gente fica muito passivo assim, parece que quer esperar que o poder público faça tudo, só que a gente também como cidadão a gente tem os deveres da gente né? De ir participar, só que isso não é muito enfatizado, enfim, é bem complexo mesmo. Mas com certeza tem, abre esse leque né, da gente pensar enquanto cidadão de direito, mas também como cidadão de dever [...] Eu participei de movimento estudantil assim que eu entrei na universidade né, até esqueci de mencionar isso, mas eu participei de movimento estudantil, participei por um tempo, mas depois tive que sair porque tava difícil de conciliar as atividades acadêmicas, as atividades extras que eu fazia, então me possibilitou participar de movimento estudantil, depois eu participei também do centro acadêmico, então foi bem interessante o processo, e de participação. Eu fui também, participei de conferência né, das conferências municipais de cultura, lá de Belo Horizonte. E foi interessante né, de conhecer, e foi aí que aguçou mais a minha paixão assim, pela Administração Pública, porque eu participei, vi a mobilização das pessoas, participei de atividades, foi bem interessante. E também agora por exemplo, eu sei que se eu chegar na câmara pra participar de alguma reunião, que eu tenho direito por exemplo pra falar alguma coisa que eu não concorde, a chegar perto de algum vereador e talvez propor alguma ação no bairro, né, dar uma sugestão, falar o que tá certo, o que não tá legal. Na prefeitura da minha cidade também, eu fiz um estágio voluntário lá, então, eu consegui ter esse diálogo né, primeiro foi com o prefeito, mas depois foi com uma moça que eu já conhecia e que tem um projeto muito bonito na cidade. [...]”

Entrevistada E: Eu, depois que eu entrei, eu tive acesso a, acho que Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao TCE, é, Tribunal de Contas, tudo por meio de visitas organizadas por núcleos da universidade, da UFLA. No meu município pela primeira vez, fui pela primeira vez, eu fui em uma reunião de lei orçamentária, nunca tinha ido mesmo morando na cidade, e meu primeiro contato foi através de uma disciplina e até então eu não sabia que era só ir, só chegar, não sabia se tinha que ter algum convite, alguma coisa, mas foi esse primeiro contato.”

Entrevistada F: Eu acho que só o fato de a gente ter aprendido que a gente pode participar de toda e qualquer reunião da câmara, de qualquer cidade,

qualquer município, isso é uma coisa que eu jamais imaginei. Então você é dono daquele espaço, você tem, pode e deve ocupar, então qualquer reunião que não seja reunião fechada você tem direito de tá lá, ninguém pode te tirar. É muita questão pequena também de liberdade de expressão, que a gente não sabia, quando teve a questão da ocupação na universidade, eu achei incrível participar daquilo. ”

A partir desses relatos fica evidente que ter ingressado no ensino superior ampliou o entendimento dessas pessoas sobre a participação social e os seus papéis como cidadãos. Entretanto, a entrevistada D relata uma certa passividade dos cidadãos quando estão em contato com decisões políticas e diz “[...] parece que quer esperar que o poder público faça tudo, só que a gente também como cidadão a gente tem os deveres da gente né? ”. Esta fala em específico demonstra a importância da discursividade e argumentação nos processos de avaliação (FISCHER, 2016, p. 174). No pós-positivismo, a visão de que as políticas públicas são criadas pelos tecnocratas e aceitas pelos cidadãos é refutada, e pela virada argumentativa, a participação dos múltiplos atores é incentivada, como forma de aprimorar a democracia.

Por conseguinte, quando perguntados sobre aspectos do programa em si, foram apontadas questões tangenciais ao REUNI, mas que claramente impactam no programa. Como por exemplo, questões referentes à permanência, à assistência estudantil, à vulnerabilidade, ao sistema de cotas, às condições financeiras individuais. Além disso, a maioria das respostas indicaram que o caminho para que mais pessoas pudessem cursar o ensino superior se encontra na valorização e investimento na base da educação, para que as classes sociais mais baixas tivessem um ensino fundamental e médio mais igualitário. Assim como demonstrado nas falas a seguir, o programa é visto de forma positiva, mas a partir da visão dos entrevistados, há uma necessidade de complementação e associação com outras políticas públicas e ações educacionais.

Entrevistada A: “Muito ao cenário político e econômico é até assim utópico falar disso na minha opinião. Só que é complicado, porque principalmente se tratando de Brasil, acho que o brasileiro tem a mania, o costume, de criticar tudo que público, políticas públicas e tudo mais e o REUNI, cara, foi sensacional nas universidades federais. Elas fazem um trabalho assim fantástico, até mesmo de apoio assistencialista e tudo mais. Só que infelizmente hoje a gente não consegue melhorar isso sabe? Eu não consigo nem pensar, tipo olha, precisaria por exemplo, vamos falar de UFLA porque é o que a gente vive. O “brejão” é pequeno, tipo assim, são muito mais pessoas que precisariam que não consegue. As bolsas ofertadas não podem ser acumulativas por exemplo, mas R\$ 400 você não faz nada, não dá. Assim, se pensar que você vai comer R\$ 100 por semana por exemplo, você só come. E come assim, arroz, feijão e carne. Não é querendo ostentar, é só isso. Então assim, o que poderia ser feito para melhorar? É difícil, é difícil porque a gente sabe que infelizmente hoje não tem como pensar nisso. ”

Entrevistado B: “Então, de acordo com o que eu vejo entre as pessoas que eu conheço que ficaram na minha cidade, que ou não fizeram curso superior, ou fizeram universidade privada, a visão deles é totalmente diferente. Eu vejo que não só ampliação de um campus em si, eu vejo que teria que ter mais campus de universidades públicas em mais regiões, querendo ou não 200 km não é tão longe, mas para muita gente que não quer abandonar a casa, não quer abandonar os familiares, é uma situação muito complicada, então eu vejo que tem que ter uma ampliação do campus, seria algo bem interessante. Principalmente a questão de ampliação de curso noturno porque muita gente também não tem condição financeira e a gente não tem permanência, não tem uma assistência estudantil tão efetiva, então eu vejo que a ampliação de campus seria realmente importante, é algo necessário. Ampliação de campus e cursos noturnos também.”

Entrevista C: “Agora pra ampliar assim no geral, cara, eu acho a política bacana, mas eu acho que pra ampliar mesmo, geral, tinha que melhorar o ensino na escola pública né? Estadual, porque muitos alunos da escola estadual não tem a mesma oportunidade que os alunos que estudaram, por exemplo, em escola particular. A gente não aprendeu as mesmas coisas. Eu lembro que quando eu cheguei na UFLA, eu tinha uma amiga muito próxima que ela tinha estudado em escola particular. E ela sabia, e ela tirava 40 nas provas que valiam 40, e eu tirava 1 e eu ficava “Cara, onde você aprendeu isso?” E ela “Não amiga, como que você não lembra? A gente viu isso na escola!”, e eu ficava “Ai, não vi nada disso, meu Deus”. E tipo assim, eu acho que essa é a melhor maneira de democratizar o acesso à universidade pública, porque nem todos vão poder pagar um cursinho, por exemplo, e é isso.”

Entrevistada D: “Beleza, então sobre o REUNI, eu também acredito que é um programa, foi um programa extremamente importante para a ampliação das vagas né, mas eu acho que mais para democratizar o acesso à educação sabe? Porque assim, depois do REUNI a gente vê vários programas né, a gente vê a questão do PNAES, que foi implementado, aí depois, eu não sei se eu tô na ordem cronológica certa, mas tem PNAES né, que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil, aí depois vem a Lei de Cotas, a lei 12.711/2012, então depois do REUNI, a meu ver, parece que foi pensado mais estrategicamente, em de fato democratizar o acesso. [...] Enfim, eu acho que é associar isso e precisa de um planejamento muito grande. E também tem a questão das pessoas né, se verem pertencentes àquilo, ver que aquilo é direito delas né, direito de acessar à universidade é um direito delas, elas tem direito à educação, porque isso também não é colocado né. [...] Então talvez um programa mais amplo nesse sentido de “A educação superior também é pra você” e tal e disso chegar em locais um pouco inacessíveis, como área rural, como até nas comunidades periféricas né, das regiões. Então eu vejo que tem um trabalho muito grande a ser feito ainda, pra ampliar esse acesso, porque não é só entrar né, é permanecer e é também saber que aquilo é direito da gente. É um trabalho muito amplo que tem que ser feito, e tem que ser feito pelo poder público e sociedade civil, não dá pra desassociar disso não.”

Entrevistada E: “Acho que, bom, é uma questão muito complexa, acho que envolveria muitas coisas, teria que mexer muito na base, eu acredito, pra chegar até o ensino superior. Porque eu tive informação sobre o que é a universidade, foi imposto pra mim já desde o primeiro ano do ensino médio, PAS, ENEM, aulas específicas pra ENEM. Mas eu tenho a consciência de que essa não é a realidade da grande maioria, mesmo aqui em Lavras sendo uma cidade universitária, tendo outras cidades pequenas ao redor. Tem

peessoas que eu conheço que não sabiam o que era PAS, ou que não tinham perspectiva nenhuma de fazer ENEM, não sabia direito o que era, achava que não iria fazer porque não passaria. Então eu acho que pra aumentar o ensino superior, pra aumentar o ingresso né, no ensino superior, eu acho que o foco tem que ser na base. Tem que ser, melhorar a educação fundamental, ali no ensino médio também. Passar mais esse conhecimento pra quem tá estudando ali. Mostrar pra eles que eles também podem ter acesso, porque eu ainda acho que de certa forma, o acesso ao ensino superior é elitista. Porque quem entra ali são pessoas que tem acesso a esse conhecimento. E quem tem acesso a esse conhecimento de universitário, ou que se vê fazendo uma graduação, acho que isso vem muito da bolha que ele vive, da família, as vezes os pais já têm o ensino superior, diferente de outros que as vezes precisam realmente tá trabalhando e não tem tempo pra tá estudando e dedicando. Por isso que eu falei, é muito complexo né, porque se for ver vai pegar várias esferas assim da sociedade, vários setores diferentes que tem que mexer. ”

Entrevistada F: “Eu acho que a base da educação tem que mudar. Acho que esse é o primeiro passo na verdade, é o mais importante. Mudar a base da educação, transformar o ENEM, porque o ENEM ele é uma prova elitizada querendo ou não, porque se você for colocar a escola pública pra fazer uma prova de ENEM, eu, com minhas experiências de 6 ENEM que eu fiz eu garanto que a gente sai da sala sem saber o que é várias coisas que tão lá. Então, tem que ser uma prova, quer dizer, eu acho a prova muito boa, mas eu acho que nosso nível de educação é muito falha pra você ser comparado com gente que estudou nas melhores escolas, com gente que teve tempo pra estudar, com gente que não precisou trabalhar nunca, e que só estudou a vida inteira. Então é muito desigual. E não tem mérito nenhum em você passar pelo ENEM, se matar de estudar e ter que se doar mais que outra pessoa, acho que isso não é tão bonito quanto dizem. Então, precisa muito melhorar a base da educação, principalmente ensino médio, que é o que a gente vai estudar na época do ENEM. E a gente não tem esse tempo pra estudar, a gente não tem matéria pra estudar, a gente não tem material pra estudar. ”

A partir do exposto, é possível perceber que a visão das pessoas entrevistadas sobre os impactos do programa em um aspecto geral é positiva. Há um reconhecimento de que as oportunidades advindas do acesso ao ensino superior público são engrandecedoras em questões como mobilidade social, ampliação da participação social como um todo, acesso a outras culturas, entre outras experiências. Por exemplo, em todas as respostas foi inquestionável a influência que o acesso à educação exerce sobre a mudança de paradigmas das famílias e o potencial que a educação tem de transformar as vidas.

Além disso, o aumento de campus, de vagas e de oportunidades oferecidas aos alunos trabalhadores também foi reconhecido pelas pessoas entrevistadas. Entretanto, a partir das entrevistas, é possível notar que ainda são grandes os desafios enfrentados pelas pessoas com vulnerabilidade social, o que demonstra que o programa não foi suficiente para suprir questões referentes à permanência. Como dito pela entrevistada D “não é só entrar né, é permanecer e é também saber que aquilo é direito da gente”. Devido a isso, políticas públicas posteriores foram

criadas para que a população destinatária da Lei de Cotas e do PNAES pudessem ser assistidas, e, portanto, não só acessar, mas também concluir o ensino superior.

Dessa forma, o caminho para que a educação seja democratizada e o acesso seja ampliado se encontra na união entre essas iniciativas, em conjunto com a valorização da educação de base. Por isso se faz necessário ouvir os relatos das pessoas que foram impactadas por esta política, pois apesar de os dados apresentados pelo INEP serem muito positivos e a ampliação de vagas e campi ser considerada a maior de todos os tempos, sem que essas realidades fossem confrontadas, não seria possível enxergar a necessidade de complementação do programa. Sendo assim, este método de escuta foi de grande valia para que a avaliação da política pública pudesse ser mais fiel à realidade dos indivíduos.

4.3 Discussão do Método

A utilização da Entrevista Compreensiva, em uma abordagem pós-positivista, se mostrou ser uma das possíveis formas de avaliar políticas públicas de maneira participativa. Ademais, tendo em vista a profundidade adquirida nas entrevistas, o compartilhamento de experiências pessoais, a duração média das gravações, a troca ocorrida entre os sujeitos envolvidos na entrevista, o protagonismo exercido, acredita-se que o método empregado pode ser considerado inovador para a avaliação participativa de políticas públicas.

A partir da revisão bibliográfica realizada foi encontrado um baixo número de trabalhos sobre políticas públicas que tivessem correlação com a Entrevista Compreensiva. Em sua maioria, os artigos encontrados se tratavam de resenhas da obra de Kaufmann, ou de trabalhos relacionados à sociologia, à educação e à metodologia qualitativa, nenhum deles se tratando especificamente de avaliação de políticas públicas, apesar de encontrar alguns aspectos relativos a isso quando se tratavam de questões educacionais.

Em todas essas plataformas, foram encontrados um total de oito trabalhos que tivessem relação ao tema, sendo eles, uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado e seis artigos publicados em periódicos. Desses, somente um não obtinha qualificação necessária para ser selecionado e então, foi excluído do levantamento. Portanto, foram selecionadas uma tese e uma dissertação depositados em repositórios universitários, e cinco artigos publicados em revistas com qualificação B2. Porém, dois desses artigos tinham características de análises metodológicas da obra de Kaufmann. Então, foram utilizados cinco trabalhos para o estudo sobre como o método da entrevista compreensiva foi empregado nesses casos.

Dessa forma, a partir do levantamento e estudo desses trabalhos, foi possível notar que em pesquisas nas quais as múltiplas percepções sobre determinado acontecimento devem ser analisadas em profundidade, essa metodologia foi empregada. Para mais, nas dissertações e teses em que a subjetividade do sujeito precisava ser enfocada, as perguntas da entrevista adotaram um tom bastante empático, assim como recomendado pelo livro de Kaufmann. Entretanto, como não se trata de um método amplamente difundido, houve certas dificuldades para encontrar trabalhos voltados para políticas públicas que fizessem uso deste método. Sendo assim, essa abordagem pode ser interpretada como inovadora na área, e tem o potencial de agregar significativamente para a avaliação de políticas públicas.

A inovação contida nessa abordagem, pode ser interpretada dessa forma principalmente por dois motivos, sendo eles: o fato de a entrevista compreensiva ainda não ser amplamente utilizada na área de políticas públicas, como comprovado anteriormente; e a necessidade de superação das heranças positivistas de avaliação. Além disso, a conduta de abertura e escuta ativa que deve ser adotada pelo entrevistador, possibilita que temas subjacentes à política avaliada sejam abordados, o que acarreta em uma profundidade de análise não tão presentes em noções mais utilitaristas.

Para mais, quando comparadas as falas e argumentações relatadas pelas pessoas entrevistadas com as informações coletadas em trabalhos científicos e em dados do INEP, é possível notar que as pesquisas realizadas com um viés mais subjetivo vão muito além da comprovação de dados empíricos. Este tipo de pesquisa abre um campo para o debate, para a valorização do discurso, para a oralidade, a argumentação, a troca de conhecimentos, que dados quantitativos não são capazes de evidenciar em questões dotadas de dicotomias rasas ou de respostas curtas.

Como percebido pelos relatos apresentados, quando abordadas questões relativas à educação superior, as falas não eram simples e pontuais. Eram carregadas de interpretações de mundo, de vivências anteriores à graduação, de memórias familiares, de condições financeiras adversas, de trajetórias não lineares. E da mesma forma, a política pública avaliada também foi relatada em sua complexidade, demonstrando que apesar de ter apresentado resultados positivos em termos de acesso, foram necessárias outras políticas complementares para que os estudantes tivessem condições de permanecer na universidade e concluir a graduação.

Além disso, o método utilizado também pode ser visto como um instrumento de manutenção da democracia, a partir do momento que abre espaço para que a participação social ocorra. Através da troca de experiências entre os discursos empregados pelos cidadãos envolvidos na política pública, uma arena de debates é construída, e permite que os indivíduos compartilhem suas visões sobre determinada ação pública que tem o potencial de transformar suas vidas. Essas visões, sendo elas complementares ou antagônicas, permitem construir novos entendimentos, que a partir da escuta e compreensão, podem alterar uma política pública, para que essa se torne mais próxima da realidade dos atores sociais. (FISCHER, 2016)

A abertura para o debate só foi possível através da aproximação entre a pessoa entrevistada e entrevistadora, que exerceram uma relação mais horizontal e menos hierarquizada. A partir do método empregado, essa aproximação ocorreu através da conduta exercida na entrevista, que permitiu o envolvimento nas histórias relatadas e o compartilhamento de experiências pessoais, para que o sujeito entrevistado se sentisse à vontade de fazer o mesmo. Dessa forma, foram coletadas falas de realidades complexas e dotadas de pluralidade.

Este método pode receber críticas quanto ao seu baixo potencial de replicabilidade, se comparado com pesquisas mais tecnicistas. Porém, é justamente na superação desse viés técnico e neutro é que se encontra a proposta de avaliar políticas públicas de maneira participativa, a partir de uma abordagem interpretativista. Neutralidade essa, que reserva um lugar de superioridade e elitismo para os especialistas em políticas públicas, que por muitas vezes estão distantes das realidades enfrentadas pelos destinatários. (BOULLOSA, PERES E BESSA, 2019)

Sendo assim, a Entrevista Compreensiva alinhada a uma abordagem pós-positivista, pode ser uma forma inovadora de avaliar o programa REUNI de maneira participativa. A partir das entrevistas realizadas foi possível demonstrar os benefícios que o protagonismo dos sujeitos, a valorização do discurso, a abertura para a participação, o incentivo ao exercício da cidadania, são capazes de exercer sobre políticas públicas que objetivam a inclusão e diminuição de desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar como a Entrevista Compreensiva pode ser uma abordagem adequada para avaliar políticas públicas. Através da aplicação deste método ao programa REUNI, utilizou-se do relato de seis pessoas que foram diretamente impactadas pela existência desta política pública. Além disso, também foi realizado um encadeamento teórico entre o pós-positivismo e os principais autores responsáveis pela crítica da era racionalista de análise de políticas públicas, com o apoio da virada argumentativa.

Através disso, os relatos foram separados em agrupamentos de cinco temáticas, as quais abordam questões referentes às experiências pessoais do sujeito; à relação da família deste com a educação, em especial a educação superior; à conciliação entre o trabalho e os estudos; à avaliação do REUNI; e por fim, à participação social advinda do acesso ao ensino superior público. Todos os relatos foram recheados de subjetividade e dotados de aproximação entre as pessoas envolvidas na entrevista.

Diante das análises apresentadas, chegou-se à conclusão de que a política pública apresentou resultados significativos em termos de expansão de vagas, campus e cursos em território brasileiro. Tamanha expansão nunca ocorreu antes da implementação deste programa, que atingiu a finalidade de oportunizar com que alunos-trabalhadores pudessem cursar o ensino superior. Entretanto, o REUNI não foi suficiente para solucionar questões referentes à vulnerabilidade social e à permanência destes estudantes na graduação.

A partir da posterior criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Lei de cotas, os beneficiários puderam ampliar as suas possibilidades de acesso e permanência no ensino superior. Dessa forma, é possível concluir que a criação do REUNI significou um passo importante em direção à democratização da educação, e para além disso, também possibilitou que os estudantes praticassem a participação social, a partir do exercício do controle social e da cidadania.

Para além disso, a narrativa construída através dessa pesquisa demonstrou uma rica diversidade de experiências dos destinatários desta política pública. O conjunto de pessoas entrevistadas refletem a tamanha pluralidade existente na sociedade, mesmo em uma pequena amostra. Sendo assim, as contribuições da mirada ao revés, por meio da discussão sobre a multiatorialidade, se fizeram presentes nesta pesquisa. Por isso, avaliações de políticas públicas que sejam pautadas pela participação e pela valorização dos atores sociais são capazes de alcançar análises com a riqueza de uma população diversa.

Por fim, a partir do exposto, a profundidade adquirida na pesquisa só foi possível através do auxílio da obra de Kaufmann, que refuta a postura engessada de entrevistas convencionais. O detalhamento adquirido nas respostas destas pessoas se deu a partir do estabelecimento da relação entre o pós-positivismo e o método empregado. Por advento da realização desta pesquisa, é possível dizer que a utilização da Entrevista Compreensiva aplicada às políticas públicas tem o potencial de auxiliar nos processos de avaliação participativa, de maneira inovadora.

6 REFERÊNCIAS

ANDREWS, Christina. **As policy sciences como ciência: método e retificação**. São Paulo: Perspectivas, 2005.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Modelos de Análise das Políticas Públicas**. Lisboa: Sociologia, Problemas e Práticas, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROCHI, Renê. **Especialização em Gestão de Saúde: Módulo Básico**. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Santa Catarina: PNAP, 2015.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Mirando ao Revés as Políticas Públicas: Os Desenvolvimentos de uma Abordagem Crítica e Reflexiva para o Estudo das Políticas Públicas**. Brasília: Publicações da Escola AGU, 2019.

BOULLOSA, Rosana; PERES, Janaína; BESSA, Fernando. **Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas**. 2020

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206096&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.096%2C%20DE%2024,Expans%C3%A3o%20das%20Universidade%20Federais%20%2D%20REUNI. Acesso em: 2020

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 2014.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Análise de Políticas Públicas: Da técnica às Ideias.** Campinas, São Paulo: Ideias, 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Administração Pública e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e manhas da Entrevista Compreensiva.** Saúde Social: São Paulo, 2014.

FISCHER, Frank. **Para além do empirismo: Policy inquiry na perspectiva pós-positivista.** Tradução de Rosana Boullosa. Bahia: NAU Social, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Sexta edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

HART, Chris. **Doing a Literature Review: Releasing The Social Science Research Imagination.** Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications London, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 2021.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.** Campinas, São Paulo: Alínea, 2016.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A Entrevista Compreensiva: Um Guia para a Pesquisa de Campo.** São Paulo: Vozes, 2013.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Tradução e estudo introdutório George Sarmento. Maceió, Alagoas: Edufal, 2012.

LIMA, P. **Políticas de Educação Superior no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Alguns Cenários e Leituras.** São Paulo: Revista da Avaliação da Educação Superior, 2013.

MARIO, Camila Gonçalves de; LAISNER, Regina Claudia; GRANJA, Regina Helena. **Avaliação de Políticas Sociais e Participação Popular: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: O Social Em Questão, 2016.

MARQUES, Eduardo. **A Política Pública como Campo Multidisciplinar.** São Paulo: UNESP, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Democratização e Expansão do Ensino Superior no País 2003-2014.** Balanço Social da Secretaria de Ensino Superior. Brasil: Ministério da Educação, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. **Paixão, criação, ética e cientificidade nas pesquisas compreensivas.** Cadernos de Pesquisa: FapUNIFESP, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RISTOFF, Dilvo. **O Novo Perfil do Campus Brasileiro: Uma Análise do Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação.** São Paulo: Avaliação, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura.** Porto Alegre: Sociologias, 2006.

7 APÊNDICE

7.1 Roteiro Semiestruturado de Entrevista

- 1) Qual o papel da educação na sua vida?
- 2) Como foi seu primeiro contato com a universidade?
- 3) Em qual momento da sua vida você decidiu que precisaria ou gostaria de ingressar no ensino superior?
- 4) Você se sente pertencente à universidade?
- 5) Alguma pessoa da sua família já teve acesso à universidade?
- 6) Quais foram os benefícios que sua família obteve quando algum membro entrou na universidade?

- 7) Para você, como a educação pode impactar a vida das pessoas?
- 8) Durante sua graduação você também trabalhou? Como se deu essa conciliação de funções entre estudante e trabalhador (a)?
- 9) A oferta de graduações noturnas influenciou na sua escolha por um curso?
- 10) Como você avalia sua experiência com a universidade?
- 11) Na sua visão, o que deve ser feito para que o acesso à educação superior pública seja ampliado?
- 12) Você acredita que o acesso à universidade pública pode refletir no exercício da cidadania, na participação política e na democracia?
- 13) Quais oportunidades de participação pública você obteve após a entrada na universidade?

7.2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado (a) Senhor (a), você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: Avaliação participativa de políticas públicas: A entrevista compreensiva em uma abordagem pós positivista

Pesquisador (es) responsável (is): Nathália Gonçalves Ferreira e Gustavo Costa de Souza

Cargo/Função: Pesquisadora orientanda e pesquisador orientador

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras/Departamento de Administração e Economia

Telefone para contato: (37) 99927-0373

Local da coleta de dados: Virtual/Plataforma “Google Meet”

II - OBJETIVOS

Demonstrar como a entrevista compreensiva pode ser uma metodologia adequada para avaliar políticas públicas de forma participativa. Utilizar desta metodologia para avaliação do impacto do programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) no acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Discutir os modelos tradicionais de análise de políticas públicas e, por conseguinte, a virada para modelos mais argumentativos.

III – JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho é de suma importância em aspectos sociais, políticos e democráticos. Os recursos utilizados para este trabalho são essencialmente as gravações das entrevistas realizadas através do Google Meet. A imagem dos (as) participantes **não** serão utilizadas para a pesquisa após sua finalização, somente suas falas, protegidas por pseudônimos, serão transcritas para o trabalho de conclusão de curso. As gravações serão arquivadas pelo pesquisador (a) e protegidas por senhas em pastas que somente o pesquisador (a) e o orientador (a) terão acesso. Logo após a transcrição das entrevistas, as gravações serão excluídas.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

O procedimento selecionado para esta pesquisa é a amostragem por conveniência. Serão selecionadas quatro pessoas, discentes do ensino superior público e residentes das cidades de Divinópolis/MG ou Lavras/MG, que tenham se beneficiado do programa REUNI e tido acesso à universidade através dele. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e deste tipo de amostra, os conteúdos das falas dos entrevistados têm maior relevância para este trabalho que a potencial replicação para uma realidade ampliada.

EXAMES

Não se aplica.

V - RISCOS ESPERADOS

Os desconfortos e riscos ao voluntário são MÍNIMOS. A pesquisa ocorrerá através da plataforma “Google Meet”, sendo assim, não existem riscos físicos de contato pessoal, ou possibilidade de contaminação pelo vírus (Covid-19) neste momento de enfrentamento à pandemia. Ademais, a própria metodologia utilizada para condução da pesquisa (Entrevista Compreensiva, Kaufmann; 2013) defende uma abordagem mais humana, de protagonismo do sujeito, então os riscos de ordem psíquica, cultural, moral, intelectual, social e espiritual são evitados pela própria condução do pesquisador (a).

Uma característica que tem a potencialidade de se tornar um risco seria a de constrangimento do entrevistado, pela possibilidade de serem selecionadas pessoas com baixa condição econômico/financeira. Porém, de acordo com a cláusula VII deste documento, o sujeito poderá suspender ou encerrar a pesquisa a qualquer momento que se sentir desconfortável, portanto, qualquer risco previsto será prevenido pela existência desta cláusula.

VI – BENEFÍCIOS

O benefício ao voluntário se encontra na valorização de suas experiências enquanto destinatário de uma política pública. A partir das abordagens utilizadas no projeto de pesquisa, é evidenciado que os beneficiários das políticas públicas são os atores sociais de maior relevância para avaliações participativas, então, o papel que os voluntários irão exercer é central para o desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, acredita-se que, com essa participação, seu lugar de protagonismo será evidenciado, suas vivências serão valorizadas e, para além disso, seu papel como cidadão será exercido.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada a qualquer momento que o participante voluntário (a) desejar, por motivos estabelecidos por ele ou ela, sem questionamentos por parte do (a) pesquisador (a), exercendo assim, sua capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coerção.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Lavras, _____ de _____ de 20____.

Nome (legível) / RG / Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia. Telefones de contato: 037 99927-0373.

7.3 Comentários Éticos Sobre o Projeto de Pesquisa

COMENTÁRIOS ÉTICOS SOBRE O PROJETO DE PESQUISA

1) Indicação de qual resolução se enquadra a pesquisa:

() Resolução 466/2012.

- <http://www.prp.ufla.br/wp-content/uploads/2011/08/Reso466.pdf>

(x) Resolução 510/2016 (Exclusivo para as áreas de Ciências Humanas e Sociais).

- <http://prp.ufla.br/wp-content/uploads/2011/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o510.pdf>

2) Modo de abordagem dos sujeitos da pesquisa para a obtenção do TCLE (ou plano de recrutamento):

A abordagem dos sujeitos ocorrerá pela pesquisadora Nathália Gonçalves Ferreira, através do contato por mensagem com colegas voluntários, discentes do ensino superior público e gratuito, residentes em Lavras/MG ou Divinópolis/MG. A entrevista acontecerá por intermédio da plataforma de reuniões virtuais “Google Meet” e será solicitado ao participante a permissão para que seja efetuada a gravação. Por se tratar de uma amostragem por conveniência, e, portanto, de uma pesquisa qualitativa, os conteúdos das falas dos entrevistados são mais relevantes para essa pesquisa que a sua possível representação para uma realidade ampliada.

Dessa forma, serão convidadas quatro pessoas para realização de uma “Entrevista Compreensiva” (Kaufmann, 2013), na qual será aplicado um roteiro semiestruturado, oferecendo liberdade e protagonismo aos sujeitos participantes. Serão selecionados colegas que tenham tido acesso ao ensino superior através do programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2007) e queiram relatar sua experiência para demonstrar o impacto que políticas inclusivas como essa têm em suas vidas e, assim, evidenciar como a entrevista compreensiva pode ser uma metodologia eficaz para avaliar políticas públicas de forma participativa.

3) Justificativa para participação de grupos vulneráveis.

A pesquisa não será realizada com grupos vulneráveis, portanto, não se aplica.

4) Critérios de Inclusão e Critérios de Exclusão:

- Critérios de inclusão: estudantes do ensino superior público, maiores de 18 anos, residentes de Divinópolis/MG ou Lavras/MG, beneficiados pelo programa REUNI.

6) Análise crítica de desconfortos e riscos.

Os desconfortos e riscos ao voluntário são MÍNIMOS. Como dito antes, a pesquisa ocorrerá através da plataforma “Google Meet”, sendo assim, não existem riscos físicos de contato pessoal, ou possibilidade de contaminação pelo vírus (Covid-19) neste momento de enfrentamento à pandemia. Ademais, a própria metodologia utilizada para condução da pesquisa (Entrevista Compreensiva, Kaufmann; 2013) defende uma abordagem mais humana, de protagonismo do sujeito, então os riscos de ordem psíquica, cultural, moral, intelectual, social e espiritual são evitados pela própria condução do pesquisador (a).

Uma característica que tem a potencialidade de se tornar um risco seria a de constrangimento do entrevistado, pela possibilidade de serem selecionadas pessoas com baixa condição econômico/financeira. Porém, de acordo com a cláusula VII do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), o sujeito poderá suspender ou encerrar a pesquisa a qualquer momento que se sentir desconfortável, portanto, qualquer risco previsto será prevenido pela existência desta cláusula.

7) Benefícios.

O benefício ao voluntário se encontra na valorização de suas experiências enquanto destinatário de uma política pública. A partir das abordagens utilizadas no projeto de pesquisa, é evidenciado que os beneficiários das políticas públicas são os atores sociais de maior relevância para avaliações participativas, então, o papel que os voluntários irão exercer é central para o desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, acredita-se que, com essa participação, seu lugar de protagonismo será evidenciado, suas vivências serão valorizadas e, para além disso, seu papel como cidadão será exercido.

8) Descrição das medidas para proteção ou minimização dos desconfortos e riscos previsíveis.

A pesquisa será pautada pelo cumprimento de todos os cuidados éticos entre pesquisador e voluntário. Para proteção e minimização de possíveis danos a eles (a), será

adotada uma postura de respeito à todas as suas experiências pessoais, suas origens étnicas, sua classe social, entre outras características, se atentando a todo momento a não estereotipar as pessoas e oferecer protagonismo à suas vivências.

9) Descrição das medidas de monitoramento da coleta de dados e proteção à confidencialidade.

A pesquisa será realizada pela pesquisadora Nathália Gonçalves Ferreira e orientada pelo professor Gustavo Costa de Souza, sendo assim, somente eles terão acesso à gravação das entrevistas. Os conteúdos adquiridos serão protegidos por pastas nas quais só as duas pessoas citadas terão acesso e por senhas conhecidas somente por elas. Os dados recolhidos serão utilizados somente para esta pesquisa e serão excluídos logo após a finalização desta. Os entrevistados terão seus nomes substituídos por pseudônimos para conferir proteção e confidencialidade.

10) Previsão de ressarcimento de gastos. Citar se os indivíduos terão ou não gastos com a participação na pesquisa.

Como as entrevistas ocorrerão através da plataforma online “Google Meet” acredita-se que um possível gasto para participação na pesquisa seja com a rede de internet do (a) voluntário (a). A plataforma que será utilizada permite a realização de reuniões online através de celular ou computador, porém, não há como prever o valor dos pacotes utilizados pelos (a) voluntários (a). Sendo assim, serão marcados dias e horários de acordo com as disponibilidades de cada voluntário e, caso algum deles não tenha acesso à internet no momento em questão, o entrevistador (a) arcará com o subsídio da rede.

11) Apresentar previsão de indenização e/ou reparação de danos.

A pesquisa não apresenta danos previsíveis ao voluntário. Além disso, a abordagem proposta pela metodologia escolhida tem como norte a valorização do destinatário, portanto, todo e qualquer dano é evitado pela própria ideologia do trabalho e comportamento que o entrevistador (a) deve adotar. Dessa forma, se mesmo assim houver algum dano, este será arcado pelo entrevistador (a), que é responsável pelo desenvolvimento da pesquisa.

12) Critérios para suspender ou encerrar a pesquisa.

A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada a qualquer momento que o participante voluntário (a) desejar, por motivos estabelecidos por ele ou ela, sem questionamentos por parte do (a) pesquisador (a), exercendo assim, sua capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coerção.